



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Marcus Vinícius da Silva Santos

UMA LAGOA E SEUS MOSAICOS:
uma história ambiental da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (2001-2023)

Maceió – AL
2023

Marcus Vinícius da Silva Santos

UMA LAGOA E SEUS MOSAICOS:
uma história ambiental da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (2001-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do título de graduado em História.

Orientador(a): Profa. Dra. Arrizete Cleide de Lemos Costa

Maceió – AL
2023

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

S237u Santos, Marcus Vinícius da Silva
Uma lagoa e seus mosaicos: uma história ambiental da Reserva
Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (2001-2023) / Marcus Vinícius da
Silva Santos. – 2023.
75 f.

Orientadora: Arrizete Cleide de Lemos Costa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História:
Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências
Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 63-72.
Anexos: f. 73-75.

1. Reserva extrativista marinha. 2. Lagoa do Jequiá – (AL). 3. Jequiá da praia
(AL). 4. História ambiental.

CDU: 94: 502 (813.5)

Dedico a todos, todas e todes que amam e defendem a diversidade
da história, na mesma maneira que amam e defendem a
(bio)diversidade da vida nesta grande casa chamada Terra.

AGRADECIMENTOS

Povoado! “Quem falou que eu ando só? Tenho em mim mais de muitos”, sou um, mas nunca estive só! O trecho da música da cantora brasileira Sued Nunes (2021) me faz lembrar que este trabalho jamais existiria sem as outras tantas muitas e muitos que o compõe, que me povoam.

Quero começar agradecendo à minha mãe, Edvania Santos, e a meu pai, Williams Santos, por terem me criado para ocupar o mundo. Agradeço também à minha irmã mais nova, Vivya Lauane Santos, minha “Dodó” (Rosa Felismino), minha “Tia Nem” (Maria Nunes), minha “Ia” (Maria Mangas), minha “vó Biu” (Benedita Silva) e à minha bisã, “vó Tecília”, (Otacília da Conceição, *in memoriam*). Sem essa rede de apoio familiar, jamais seria quem sou.

Agradeço à minha rede de apoio de amizades pessoais e intelectuais, em especial às pessoas de Harmie Silva e Victor Rocha, influenciadores do homem que sou hoje. Agradeço também a Ana Cecília Tavares, Anne Izaura Araújo, Angélica Quintino, Isabelle Oliveira, Jadson Silva, Louise Lins, Mariana Costa, Marinara Dagma, Morgana Menezes, Pedro Henrique Faustino, Roberto César da Silva, Tatiane Oliveira e Viviane Marcos F. de Oliveira que moldam e inventam a cada dia este intenso e prolixo “eu”.

Agradeço aos/as integrantes do Grupo de Pesquisa Documento, Imagens e Narrativas – GPDIN/CNPq, em especial as historiadoras Maria de Lourdes Lima, Roseane Monteiro Virginio e Ismélia Balduce Tavares, por todo carinho, conselhos, ensinamentos e experiências “cabanas” compartilhadas desde o início de minha graduação.

Agradeço as equipes do MISA e do IHGAL, pela ajuda na localização de materiais iconográficos e documentos arquivados nos Acervos das instituições.

Agradeço também a professora e pescadora artesanal Niuedja Vasconcelos, por repasses de informações, contatos, endereços e programações de atividades em Jequiá da Praia.

Agradeço ao colegiado do Curso de História do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte (ICHCA), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em especial ao professor/historiador Anderson Almeida e a professora/historiadora Clara Fernandes Suassuna.

Agradeço a Ivanilda Ancelmo e a Jane Correia pelas conversas descontraídas no hall do ICHCA e pelo compartilhamento de afetos.

Agradeço a professora/linguista Juliana Tereza de Araújo Lima, pela correção ortográfica e todo carinho e acolhimento fraternal.

Agradeço ao professor/historiador José Roberto Santos Lima, carinhosamente conhecido como “Robertinho”, por todas as conversas, indicações de leituras, pelos materiais emprestados, pela correção do material e pela atenção e cuidado dado a esta pesquisa desde que eu a maturava em mente.

Agradeço à professora/historiadora Luana Teixeira, pela participação na banca de apresentação e na correção desta monografia.

Agradeço a bióloga doutora Norah Costa Gamarra, pela coordenação do projeto e da experiência em campo com povos indígenas no sertão de Alagoas e pela coorientação deste TCC.

Agradeço à comunidade da aldeia Geripankó, o povoado Ouricuri na mata do Pajeú, em especial as pessoas de Cleide Gomes, Islânia Silva, Maria Auxiliadora carinhosamente conhecida como “Nêga” e as irmãs Viviane e Vagna Santos, por todo conhecimento e cosmovisão que mudaram meu ser e habitação nesse mundo, ao me apresentarem a força dos Encantados manifestada nos *Prayás*.

Por fim, agradeço e dedico este trabalho à professora/historiadora Arrizete C. L. Costa, minha orientadora e parceira de ideais. A mulher que me ensinou a percorrer apaixonadamente às trilhas das ciências históricas e da ética profissional. Ela me abriu portas com toda a paciência e cuidado que uma intelectual tem; minha gratidão é inenarrável. Este estudo é resultado de suas propostas inovadoras no campo historiográfico do curso de História da Universidade Federal de Alagoas, do metódico e constante investimento para otimizar a pesquisa e escrita da história, atuando dos planos aos resultados – criações, correções, sugestões, reelaborações, orientações – que nada deixa escapar. A minha trajetória acadêmica, desde 2018, é a história deste encontro intelectual no campo da epistemologia da história.

“As palavras da ecologia são nossas antigas palavras... Nascemos no centro da ecologia e lá crescemos. Ouvimos sua voz desde sempre...”
Davi Kopenawa (& Bruce Albert, 2015, p. 480).

RESUMO

Este estudo é sobre a história ambiental da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no município de Jequiá da Praia – Alagoas/Brasil, entre os anos de 2001 e 2023, por meio da composição de mosaicos socioculturais. Sua estrutura apoia-se em três pilares formativos que denominamos de mosaicos: 1. Mosaico Epistemológico que se subdivide em duas dimensões: a teórica ou “eco-histórica” e a metodológica ou indiciária; 2. Mosaico Ecológico que se desdobra sobre a evolução da povoação humana dos últimos duzentos anos nos ambientes marinho-lagunar do atual território de Jequiá da Praia, em seus três polos: Centro de Jequiá, praia das Duas Barras e a comunidade da Lagoa Azeda e sobre a ocupação do “maretório” da atual Remar da Lagoa do Jequiá; 3. Mosaico Cultural, no qual discorremos sobre como os diferentes grupos humanos que ao longo do tempo, habitam estes ambientes e produzem suas existências históricas e cultura singular: a pesca tradicional e extrativista passada entre as gerações, que permite o manejo das etnoespécies por meio da adequação da dinâmica pesqueira e dos apetrechos de pesca artesanais, em especial na relação com a ictiofauna jequiaense. A presente narrativa sintetiza uma história ecologicamente sustentável e autônoma que, por meio de seus etnoconhecimentos, adaptações e (re)criações, contribuem para as ações efetivas dos órgãos de fiscalização e monitoramento ambiental, tais como o IBAMA, o IMA e o ICMBio. Por fim, almejamos destacar o quanto o protagonismo destas comunidades da Resex de Jequiá, permite um olhar único e renovador na dialética de nossas experiências-mundo na relação entre cultura e natureza.

Palavras-chave: Reserva Extrativista Marinha. Lagoa do Jequiá. História Ambiental. Mosaicos. “Maretório”.

ABSTRACT

This study is about the environmental history of the Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, in the municipality of Jequiá da Praia – Alagoas/Brazil, between the years of 2001 and 2023, through the composition of sociocultural mosaics. Its structure is based on three formative pillars that we call mosaics: 1. Epistemological Mosaic, which is subdivided into two dimensions: the theoretical or “ecohistorical” and the methodological or indicative; 2. Ecological Mosaic that unfolds over the evolution of human settlement over the last two hundred years in the marine-lagoon environments of the current territory of Jequiá da Praia, in its three poles: Centro de Jequiá, Duas Barras beach’s and the community of Lagoa Azeda and, about the occupation of the “maretório” of the current Remar da Lagoa do Jequiá; 3. Cultural Mosaic, in which we discuss how the different human groups that, over time, inhabit these environments and produce their historical existences and unique culture: traditional and extractive fishing passed between generations, which allows the management of ethnospecies through the adaptation of fishing dynamics and artisanal fishing gear, especially in relation to the fish fauna of Jequiaense. This narrative summarizes an ecologically sustainable and autonomous story that, through its ethno-knowledge, adaptations and (re)creations, contributes to the effective actions of environmental inspection and monitoring bodies, such as IBAMA, IMA and ICMBio. Finally, we aim to highlight how the leading role of these communities in the Resex do Jequiá allows for a unique and renewing look at the dialectic of our world experiences in the relationship between culture and nature.

Keywords: Reserva Extrativista Marinha. Jequiá Lagoon. Environmental History. Mosaics. “Maretório”.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 – Praia das falésias.....	40
IMAGEM 2 – Replantio da Reserva de mangue.....	47
IMAGEM 3 – Vista da Lagoa do Jequiá, tarrafeiro.....	54
IMAGEM 4 – Jequiá da Praia – Duas Barras, artesanato.....	57
FIGURA 1: (ANEXO A) – Mapa político e administrativo do município de Jequiá da Praia.....	73
FIGURA 2: (ANEXO B) – Carta de Albernaz de 1640, Rio São Francisco – Sergipe e Alagoas.....	74
FIGURA 3: (ANEXO C) – Mapa de Caspar Belarus, 1647.....	75

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: FICHA DOCUMENTAL.....	26
TABELA 2: FICHAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
TABELA 3: FICHAS DE IMAGENS.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC – Antes da Era Comum

AP – Área Protegida

APP – Área de Preservação Permanente

GPDIN/CNPq – Grupo de Pesquisa Documento, Imagens e Narrativas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICHCA – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte

ICMBio – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade

IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

IMA – Instituto do Meio Ambiente de Alagoas

ISA – Instituto Socioambiental

MISA – Museu da Imagem e do Som de Alagoas

PM – Plano de Manejo

RESEX/REMAR/RESEXMAR – Reserva Extrativista Marinha

SIBI – Sistema de Bibliotecas

SNUC – Sistema Nacional das Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá – Alagoas, Brasil.....	15
2 MOSAICO EPISTEMOLÓGICO: trajetória da pesquisa em história ambiental.....	20
2.1 A dimensão teórica: a história ambiental na segunda metade do século XX.....	20
2.2 A dimensão metodológica: sistematização e inferência.....	23
3 MOSAICO ECOLÓGICO: a ocupação do “maretório”.....	30
3.1 Aspectos históricos da povoação em Jequiá da Praia.....	31
3.2 Descrições e caracterizações da geomorfologia da bacia hidrográfica da Laguna do Jequiá.....	36
4 MOSAICO CULTURAL: o manejo da pesca tradicional na Remar de Jequiá da Praia.....	44
4.1 Os bosques de manguezais e os desafios preservacionistas na Lagoa do Jequiá.....	45
4.2 “Que se apanha com as mãos”: a ictiofauna das etnoespécies jequiaenses.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXOS.....	73

1 INTRODUÇÃO: Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá – Alagoas, Brasil.

“Ecologia é uma palavra usada pelos acadêmicos..., mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria.”
Nêgo Bispo (2023, p. 100).

Os primeiros “passos” do presente estudo aconteceram no mês de agosto do ano de 2020, ao ser consultado pela professora dra. Arrizete C. L. Costa¹ sobre o interesse de integrar o projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “HISTÓRIA AMBIENTAL: Contribuição para uma política pública cogestora dos bens comuns em Áreas Marinhas Protegidas de Uso Sustentável do Brasil” (PIBIC, 2020-2021). Nele, destacavam-se dois pressupostos: o primeiro problematizava às “[...] políticas públicas privatistas e centralizadoras que não reconhecem a histórica ocupação e gestão de territórios por populações tradicionais e/ou locais” (COSTA, 2020-2021, p. 2); o segundo, traçava as variáveis históricas que constituíam o conhecimento tradicional das Reservas Extrativistas Marinhas da costa brasileira que convergiam para às experiências coletivas de gestão compartilhada dos bens naturais e culturais. Este campo de lutas é fator primordial para o desenvolvimento sustentável².

Este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto dessa experiência de iniciação científica sobre as Reservas Extrativistas Marinhas. Dentre as veredas abertas pela pesquisa sobre as Resexs Marinhas, reencontrei um caminho sinuoso, fechado por uma mata densa e cercado por algumas serras e uma Lagoa³ larga, profunda e escura. Este caminho e a tal Lagoa, que em seu fim levava a um bosque de manguezais, uma bela praia com falésias vermelhas-amareladas e dunas de areias brancas, é o município de Jequiá da Praia⁴, que o conhecia, apenas, por um dia ter pertencido à São Miguel dos Campos – do qual sou natural e residente. São Miguel dos Campos é sitiado por extensões canavieiras que cobrem à visão de norte a sul, de leste a oeste.

Já Jequiá da Praia⁵, ao menos em sua paisagem mais vasta, parecia ser a antípoda de São Miguel dos Campos: uma mata fechada, uma Lagoa limpa (aparentemente), sem a presença de um grande “desenvolvimento” urbano e industrial. Funcionava como um ambiente alheio,

¹ Pesquisadora do CPDHis/ICHCA/UFAL e do CITCEM/FLUP/Portugal.

² A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Documento, Imagens e Narrativas-GPDIN/CNPq (ICHCA/UFAL).

³ As palavras “Lagoa” e “Laguna” serão grafadas com “L” maiúsculo. O termo correto é “Laguna”, por caracterizar uma depressão com conexão com o mar. Contudo, as fontes indicam a popularidade do termo “Lagoa”.

⁴ A palavra Jequiá assume diversos significados e escritas, tais como “Couão de peixe: Jequeã” (CASTILHO, [1621], 1938, p. 58); “yiki-ab, lugar de sal” (MARROQUIM, [1921] 2017, p. 50); “Jiquiá: o covo aberto, de boca aberta” (BORDONI, 1989, p. 322). O mais comum é “Je-q-ya, cesto de muitos peixes” (PM, 2023, p. 11).

⁵ Um mapa do município será reproduzido no Anexo A (Figura 1).

semelhante a outros povoados e distritos do interior de Alagoas, em condição de baixo IDH e uma renda voltada para o turismo e a pesca⁶. Não era para mim um lugar de interesse, até que eu fosse influenciado por uma série de novas leituras que surgiram com uma oportunidade ímpar. A partir de setembro de 2020, no meio de uma das maiores pandemias da história humana, causada pela Covid-19, fui apresentado a um campo das ciências históricas um tanto diferente que soava estranho aos ouvidos e embaçava a visão: a história ambiental.

Nunca antes eu havia ouvido/lido sobre este campo historiográfico. Desconhecia seus/as representantes, suas teorias e metodologias, e me perguntava sobre o que exatamente tratava. Lembro de comentar essa questão com minha orientadora, a professora Arrizete C. L. Costa (ICHCA/ UFAL – CITEM/FLUP) – responsável por minha iniciação no campo – sobre o meu estranhamento. A comunidade dos/as historiadores/as ambientais falava de espécies de plantas, de formações geológicas, das interações animais, das variações climáticas, dos movimentos ambientalistas e de ecologia. Nela, a humanidade não era mais o “mocinho” ou o “vilão” da trama, agia de maneira condicionada, influenciada e marcada por aspectos geográficos e biológicos.

Mas o que isso tem a ver com o início de minhas palavras? Talvez porque “seja uma característica particular da história ambiental que nossas origens e histórias passadas moldem os nossos interesses e campos de pesquisa de incontáveis maneiras” (MAUCH et al., 2013, p. 5 *apud* BELL, 2016, p. 69). Uma outra questão, é que pela primeira vez, eu lia histórias do Brasil em que os seres humanos, mais que agentes sociais e criadores/as (in)conscientes de seu próprio tempo, eram, também, uma espécie em reação ao mundo que habitavam. Com a história ambiental, aprendi que é preciso recolocar os indivíduos em sua condição animália de *homo sapiens*, frutos de uma evolução natural e cultural, que desembocou no que somos hoje. Porém, a ligação que isto tem com o tal caminho e à beira da Lagoa mencionada, é o fato de que a história do Brasil, em todos os seus ciclos econômicos, nos ensinou como a colonização fabricou as monoculturas. Já a narrativa, pela qual aqui optamos, versa sobre os fragmentos deixados por acontecimentos passados, os detalhes que soçobraram aos modelos narrativos generalistas e sobre os/as protagonistas históricos que ficaram por séculos no anonimato.

Os debates e políticas sobre as questões ambientalistas e de sustentabilidade ecológica no Brasil reivindicados pela história ambiental foram firmados há pelos menos duzentos anos.

⁶ Dados retirados do último censo do IBGE, ao apontar um Índice de Desenvolvimento Humano igual a 0,556. E com baixas condições sanitárias adequadas, pouco mais de 2% das residências que atendem a demanda nacional.

O historiador brasileiro José Augusto Pádua, em seu livro *Um sopro de destruição*, afirma que, ainda nos séculos XVIII e XIX, um grupo de intelectualidades da elite se colocou contra sua própria classe ao entender que “foi o caráter dramático dessa percepção que os encorajou a ir além da ideologia abstrata de uma natureza eternamente pujante e vigorosa para enxergar com clareza o movimento demolidor que estava em curso” (2004, p. 32). E que ao se decidirem “[...] firmemente pelo enfrentamento da devastação, pelo menos no campo das ideias, um conjunto relativamente pequeno de intelectuais foi capaz de produzir uma das aventuras mais ricas de toda a história cultural do Brasil” (idem).

Se acompanharmos a historiadora brasileira Regina Horta Duarte, em seu livro *A biologia militante*, veremos que o debate ambientalista só reaparece em território nacional nos anos da “Revolução Constitucionalista”, a partir da década de 1930. É neste período, que encontramos pesquisadores e ativistas do Museu Nacional se movendo inquietos e apressados para levar à Câmara de Deputados um projeto de criação de Unidades de Proteção em território brasileiro (2010, p. 34-49). A ideia que já havia sido sugerida e “fervorosamente” defendida no início do século XX pelo naturalista alemão Herman Von Ihering (DEAN, 1996, p. 245), reaparece duas décadas depois entre os militantes do Museu Nacional, resultando na criação de 4 unidades federativas de conservação no Brasil (DUARTE, 2010; PÁDUA, 2016).

José Augusto Pádua declara que, no decorrer das décadas de 1940-1970, são criadas 38 novas Áreas Protegidas. Não que os governantes estivessem preocupados com a preservação de nossos biomas, na verdade, “tratava-se de um mero dever burocrático e de uma medida convencional no sentido de não deixar o país muito para trás em relação aos Estados Unidos e, especialmente, à Argentina, onde já existiam parques deste tipo” (2016, p. 10). Todavia, é apenas a partir da década de 1980, nos anos da “Reabertura Democrática”, e com os avanços dos debates internacionais sobre a importância da preservação da natureza e do aquecimento global, que o Brasil ganha 94 novas unidades de preservação. Já na década de 1990, com o avanço da política neoliberalista, este número cai para 54. Com a chegada do século XXI, a criação de APs chega a 116, em especial nos anos do governo petista (PÁDUA, 2016, p. 15).

Entretanto, José Augusto Pádua nos alerta para um fator geopolítico que tem sido determinante na criação destes territórios. Desde meados dos anos 1970 que o avanço de APs em direção à Amazônia tem sido significativamente maior em relação a outras regiões do país que passavam pelo processo de urbanização e industrialização. O estopim que explodiu no “coração dos *huni kuin*” (FRANÇA DA SILVA, 2019, p. 26), após o assassinato de Chico

Mendes⁷ – no Acre, em 1989 –, possibilitou um tipo de AP⁸ que se diferenciava das demais criadas por representantes políticos e intelectuais: uma Reserva Extrativista. Contudo, “diferentemente das Resex que surgiram na Amazônia, que celebram o desfecho de conflitos fundiários históricos em favor do usufruto desses territórios aos povos da floresta” (VIVACQUA, 2018, p. 8), as Reservas Extrativistas Marinhas “parecem acirrar e/ou promover conflitos”, já que desde a constituição de 1988, “o mar e os terrenos de marinha são um bem de todos” (idem).

O antropólogo brasileiro Joaquim Silveira Lobão nos chama a atenção em sua tese de doutorado para o fato de “[...] as reservas extrativistas [estarem] sendo subsumidas no universo semântico do conservacionismo ambiental” (2006, p. 153) do SNUC desde sua criação nos anos 2000. Decorre que esta ingerência nas políticas públicas cogestoras destes territórios se entremeia não somente nos domínios econômico e ambiental, mas também nas “questões relativas ao uso e ocupação do território”, nas políticas do cotidiano e da cultura, restringindo a “ênfase original na proteção e direitos sociais” (idem), destas unidades territoriais, tutelando-as. No dizer da filósofa Kátia Barros – extrativista da Resex de Tauá-Mirim (MA) – se caracterizando mais como uma “congestão” do que uma cogestão (gestão compartilhada).

Se, por um lado, a existência da documentação do manejo ambiental e de conselhos gestores não seja por si só garantia de autonomia e ausência de conflitos (FONTES; GUERRA, 2016), a falta desses instrumentos legais fragiliza as comunidades tradicionais frente aos seus adversários. A Associação Brasileira de Antropologia conclui que estão em situação de risco as comunidades tradicionais que habitam nos territórios dessas UCs e seu entorno e reitera que cabe ao Estado Brasileiro e as instituições a ele vinculadas, bem como à UNESCO, garantir aos grupos étnicos o direito à informação, consulta e transparência no processo de concessão das UCs, conforme preconiza a convenção 169 da OIT (APIB & ISA, 2020).

É com base neste debate que as informações aqui compiladas visam contribuir para a escrita da história ambiental de Jequiá da Praia a partir da exposição dos resultados obtidos pela nossa investigação que atende a uma triangulação formal e funcional, que buscou tornar compreensível e mesmo aprazível do ponto de vista estético às transformações das inúmeras

⁷ O xamã yanomami Davi Kopenawa sobre Chico Mendes: “este homem é mesmo sábio! Seu sopro de vida e seu sangue se parecem com os nossos. Será que ele é genro de *Omama* como nós?” (& ALBERT, 2015, p. 481).

⁸ As Áreas Protegidas no Brasil são classificadas pela UICN e pelo MMA em três grandes grupos: Reserva Legal, Área de Preservação Permanente (Terras Indígenas, Terra Quilombola, Floresta Nacional etc.) e Unidades de Conservação: de Uso Sustentável (Resex, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Área de Proteção Ambiental etc.) e de Proteção Integral (Reserva Biológica, Parque Nacional, Estação Ecológica etc.).

informações documentais, que uma vez selecionadas e articuladas, transformam-se em informações históricas; e que, por sua vez, fomos configurando em mosaicos, cada qual atendendo a um nível de apreensão e tradução para alcançar à égide das narrativas historiográficas. Na definição da ideia de mosaico, sustentamo-nos na tese do polímata alemão Walter Benjamin, ao dizer que “os mosaicos, por mais arbitrariamente despedaçados que sejam em fragmentos minúsculos, não perdem nada de sua majestade, [...] a partir de elementos isolados e díspares que se faz a assemblagem” (1984, p. 50). Pois, para o flâneur, “quanto mais difícil for medi-los diretamente à concepção fundamental, mais decisivo o valor dos fragmentos de pensamento, e é dele que o brilho da apresentação depende, assim como o do mosaico depende da qualidade do esmalte” (idem, p. 51).

Os mosaicos se organizam em (a) Mosaico Epistemológico, dividido em uma dimensão teórica sobre os debates da história ambiental no continente americano em suas inquietações, possibilidades e a ampliação de abordagens dos temas históricos. A segunda dimensão é a metodológica, mais explicativa e circunscrita, dialoga com o método indiciário praticado pela micro-história italiana, e que por meio de seu uso em conexão com a tese de análise de conteúdo da psicanalista francesa Laurence Bardin, montamos fichas que sistematizaram e permitiram à inferência das diferentes tipologias documentais (textuais e imagéticas). Seguido do (b) Mosaico Ecológico, este é aplicado como um elo, a espinha dorsal desta narrativa. Nele, estão debatidas as bases da ocupação humana em Jequiá da Praia ao longo dos séculos, localizada em fragmentos dispersos nas mais variadas temporalidades e lugares. Assim como, este se completa com as descrições e caracterizações da geomorfologia da bacia hidrográfica da Laguna do Jequiá e como foi apreendida pelos mais diversos observadores. Entrelaçado pelo (c) Mosaico Cultural, atento as práticas conservacionistas e preservacionistas que compõe o cotidiano do extrativismo em Jequiá da Praia. Em seu manejo na recuperação de áreas degradadas na cobertura do solo da mata ciliar, em especial os bosques de manguezais, e nas técnicas e apetrechos de pesca tradicional passados entre as gerações que demonstram o conhecimento dos estuários marinho-lagunar e das etnoespécies da ictiofauna jequiaense.

Por fim, este conjunto deu forma aos mosaicos que identificam a terceira maior Laguna alagoana, a de Jequiá da Praia. Acreditamos que este trabalho pode alentar outras produções em história ambiental no estado de Alagoas, já que sempre se faz preciso refazer nossas histórias. Talvez começando por dentro, por casos pequenos e singulares, vistos como irrelevantes; em ambientes tidos como singelos e “estáticos”, mas que têm a capacidade de mudar significativamente a dialética da nossa existência nesta grande casa chamada Terra.

2 MOSAICO EPISTEMOLÓGICO: trajetória da pesquisa em história ambiental.

“La historia ambiental es la historia de uno olvido...”
Enrique Leff, 2020⁹.

“Há várias maneiras de se ter uma perspectiva, um programa para uma sociedade futura mais racional, mais justa, ao se aplicar a Ecologia à História”
Warren Dean em entrevista à Maria Almeida (1995, p. 102).

O historiador italiano Carlo Ginzburg afirma que “a leitura é algo parecido a uma série de caixas chinesas, pois quem lê um livro, na verdade, está lendo muitos outros, ecoados ou referidos, direta ou indiretamente, nas páginas à sua frente” (2020, p. 347). Esta metáfora nos lembra que nossas formações são, também, formações em outrem. Nosso lugar de saber é sociocultural, político, ideológico, econômico e, por que não, ecológico. A maneira como vivemos no mundo é, possivelmente, um componente da maneira de como interpretamos a nós e tudo que está em nosso entorno.

Nesta sessão, buscaremos entender como a história ambiental nas Américas e no Brasil, por um lado, tem se munido dos mais diversos debates públicos e saberes científicos para costurar sua manta identitária. Por outro lado, buscamos um modelo analítico que demonstre o processo investigativo – a análise e a interpretação das informações – da forma mais integrativa e explicativa possível. Para falar junto ao historiador francês François Dosse, aqui, objetivamos demonstrar como estas experiências reabrem “as potencialidades do presente, baseando-se nos possíveis não verificados do passado” (2012, p. 4), o que faz com que a “função” da história permaneça “viva” diante de “uma chance de repensar o mundo de amanhã” (idem).

2.1 A dimensão teórica: a história ambiental na segunda metade do século XX.

A aderência deste estudo à dimensão da história ambiental reside no respaldo das reflexões encontradas em historiadores/as brasileiros/as como José Augusto Pádua, José Augusto Drummond e Regina Horta Duarte¹⁰, em particular o conceito de “eco-história”, eixo paradigmático das discussões aqui sugeridas. Ressaltamos o esforço que busca “fazer a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (WORSTER, 1991, p. 198). Este grupo parte do pressuposto de que a “experiência

⁹ Tradução: “a história ambiental é a história de um esquecimento”. Fala disponível em: UNIEVANGÉLICA – YouTube: *Webinar com Enrique Leff – “Os desafios para a História Ambiental na América Latina”*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KcCICn0NLPE>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

¹⁰ Descendentes da tradição constituída pelos historiadores estadunidenses Warren Dean e Donald Worster.

humana se desenvolveu com restrições naturais, [que] é uma espécie como as outras e que as consequências ecológicas dos seus feitos passados não podem ser ignoradas” (idem, p. 199); e que, os humanos não são uma espécie distinta, “supernatural” ou “extraterrestre”. Por esta razão, os/as historiadores/as ambientais “tem como missão estudar o homem juntamente com o ecossistema que o comporta, sem dissociá-lo do meio em que está inserido” (OLIVEIRA, 2009, p. 10), e lembrar-se que “isso se dá numa busca de entender esse mesmo meio e suas transformações, suas mudanças, sejam elas causadas ou sofridas pelos seres humanos” (idem). Pois, a história ambiental busca interpretar os acontecimentos passados dentro de uma lógica capaz de “reintroduzir o sensorial, o trato concreto do mundo, na escrita da história, de modo que o leitor ‘acorde’ para o mundo à sua volta” (CABRAL, 2017, p. 973).

De acordo com José Augusto Drummond, o primeiro a traduzir os textos do historiador ambiental estadunidense Donald Worster do inglês para o português, a história ambiental “trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Significa que o cientista social dá às ‘forças da natureza’ um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura” (1991, p. 180). José Augusto Pádua, um dos primeiros a trazer o debate ecológico para o ventre da história, categoriza a história ambiental em três níveis: (1) o interdisciplinar, entre a história, a biologia, a ecologia, a física, dentre outras áreas, para conhecer o mundo biofísico; (2) o dialógico, com a interlocução entre materialismo dialético e a antropologia contemporânea para estudar os avanços tecnológicos criados pelas sociedades passadas; e, por fim, (3) o cognitivo, evocado por Donald Worster para compreender as relações entre a cultura humana e a biota à sua volta. Desembocando então na relação cultura e natureza (2010, p. 95).

Os rumos da história ambiental nas Américas, especialmente no Brasil, parecem ter se desdobrado em duas grandes modulações, de acordo com Regina Horta Duarte, há um ramo que segue o caminho aberto pelo historiador brasileiro Warren Dean, em seu *A ferro e fogo*, em contar histórias de devastações, desmatamentos, poluições, extinção de espécies e degradações causados no mundo natural pela humanidade. Warren Dean defende a ideia que

a história florestal [ou ambiental] corretamente entendida é, em todo planeta, uma história da exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a ‘paisagem’ – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem à algum uso prático ou à estética convencional – ou também, o que é ainda mais assustador, a ‘espaço’ – planícies desertas aplainadas a rolo compressor e sobre as quais o extremo do narcisismo da espécie se consagra em edificações (1996, p. 23-24).

Por outro lado, José Augusto Pádua – um herdeiro de Warren Dean –, de acordo com Regina Horta Duarte, seguiu por outro caminho, um que trouxesse luz a práticas conservacionistas e de preservação dos biomas, ecossistemas e das biodiversidades do Brasil: “é improvável que a história da sociedade brasileira seja o mero desenrolar de um processo linear e crescente de destruição” (2005, p. 150), as novas abordagens historiográficas não deixam de “considerar a realidade de uma herança de devastação, nem de refletir sobre as implicações de tal fato, [mas] resgatam outras tradições culturais e outros aspectos das condições históricas” (idem)¹¹.

Nossas contribuições para o campo da história ambiental no Brasil têm como ponto de partida a contextualização dos debates e políticas contemporâneas sobre às questões ambientais brasileiras entre as décadas de 1980 e 2010. Neste período são criadas instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (1989), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000) e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio (2007). Em Alagoas, destacamos a criação do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA, em 1975, sendo um dos mais antigos órgãos de monitoramento ambiental do Brasil. Estas instituições são indicadores da emergência de uma política ambiental para garantir o uso e a permanência de áreas de preservação.

Portanto, a nossa abordagem é dialética na medida em que ao modelar o painel dos eventos da relação cultura e natureza, evidenciamos o binômio destruição e (re)construção. Se, de um lado, um grupo incentivado por multinacionais nega as leis federativas e depredam o meio ambiente em prol do lucro. De outro, temos movimentos sociais e lideranças (como por exemplo, Chico Mendes) que reivindicam o direito de produção da vida em plena relação socioambiental – cujos indivíduos estão ligados aos ambientes e deles extraem seus modos de sobrevivência. Foi em decorrência de combates históricos efetuados sob a liderança de Chico Mendes que sucedeu a criação da primeira Reserva Extrativista (Resex) do país: Reserva Alto Juruá (98.863/1990), uma área de uso sustentável, protegida por lei e pelas práticas tradicionais.

De acordo com José Augusto Pádua (2021), estamos vivendo no Brasil um fascismo antiecológico. A desintegração das comunidades tradicionais, a proibição imigrante e das classes subalternas (para usar uma expressão de Mikhail Bakhtin) ao acesso de áreas florestais

¹¹ O historiador e escritor brasileiro Arthur Soffiati, destaca “quatro posturas historiográficas” da relação da história com o mundo natural: (1) a hegemônica, que supervaloriza a humanidade em detrimento da biosfera; (2) a “braudeliana” (Fernand Braudel), que separa o tempo geológico do tempo humano; (3) o atual debate da história ambiental (que tem um eixo preocupado com a relação material e o outro com as representações humanas); e (4) a história do clima “sem humanos” do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie (2018, p. 15-17).

e aos recursos hídricos não apresenta – nem de longe –, uma falsa preocupação, por parte de lideranças políticas, com o mundo natural. As elites brasileiras querem tomar estes ambientes para o avanço do agronegócio, da mineração criminosa, da pecuária expansiva e do garimpo ilegal. É justo em contraposição à política privatista que o presente estudo, a partir de um exemplo local, a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa de Jequiá, procura demonstrar como a política de criação e gestão das Resexs Marinhas no Brasil – suas características e propriedades –, podem ser constituídas como lugares de defesa de territórios, saberes e práticas ecologicamente sustentáveis das comunidades tradicionais. Se a teoria nos orientou na maneira de olhar e configurar os mosaicos que estruturam este estudo, a metodologia nos forneceu como distinguir e selecionar os inúmeros componentes que os povoam.

2.2 A dimensão metodológica: síntese e inferência.

A historiadora portuguesa Stefania Barca, na apresentação do primeiro volume da coletânea *História ambiental* (DRUMMOND et al., 2012), alerta que o que deve estar em jogo, no trabalho com este campo, é a autoconsciência analítica e interpretativa de que “restaurar certa ordem natural é uma prática cultural incompleta, pois mal se poderia restaurar a ordem social que foi associada a ela” (2012, p. 8). Isto se deve um fato importante assinalado por Donald Worster neste mesmo volume: a ideia de que tanto a ecologia contemporânea quanto a história, devem ser compreendidas como um cenário ou paisagem de “*patches* (fragmentos) de todos os tamanhos, texturas e cores, em mudança contínua através do tempo e do espaço, respondendo a um incessante bombardeio de perturbações” (2012, p. 375).

A ideia de fragmentos como elementos de composição entre a história e a ecologia moldando a história ambiental nos inspirou o uso de um recurso, uma ponte estruturante entre estes campos disciplinares – a micro-história italiana. Este princípio da montagem está em sintonia com a predileção pelo saber indiciário, que ao reduzir o escopo investigativo, permite-nos centrar “sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’” (GINZBURG, 1989, p. 149-150).

O como fazer exige um modelo com níveis de observação, análise e interpretação. É esta experiência metodológica composta por dois campos historiográficos, seus métodos, técnicas e formulações convergentes nos níveis: do interdisciplinar, do dialógico e do cognitivo, que aqui descrevemos:

1. a) Ampliação da análise histórica que contemple “os fenômenos históricos [...] situados em ambientes concretos, na interação sociedade/cultura e natureza/mundo biofísico” (PÁDUA, 2013, p. 92) (história ambiental).
 b) Enriquecimento da análise social ao tornar suas variáveis mais numerosas, mais móveis e mais complexas (COSTA, 2014, p. 73) (micro-história).
2. a) Os/as historiadores/as ambientais lidam com uma vasta e diversificada tipologia de fontes documentais, sejam elas verbais, escritas e/ou audiovisuais (história ambiental).
 b) Todos os documentos que contenham “pistas”, “traços”, “espias” e “erros” que perturbam, desordenam a superfície da documentação e nos remetem a níveis mais profundos, invisíveis (micro-história).
3. a) Ampliação da análise histórica, pois, seu movimento expande “[...] as temáticas e dimensões da historiografia para além da história dos Estados e dos grandes personagens” (PÁDUA, 2010, p. 94) (história ambiental).
 b) Ampliação específica dos contextos remetendo a um deslocamento da análise para fenômenos de circulação, de negociação, de apropriação em todos os níveis e para a configuração das relações sociais (micro-história).
4. a) Reconstituição narrativa permite-a ser mais inclusiva e descentralizadora no que diz respeito às decisões sobre os processos de produção e distribuição dos recursos naturais como bens comuns (história ambiental).
 b) A operação da escrita da história efetuada pela micro-história italiana recorre a procedimentos de exposição de enredos e às técnicas narrativas contrastantes com as maneiras habituais da “corporação historiadora”.
5. a) Os/as historiadores/as ambientais insistem em dizer que temos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria Terra, entendida como agente de uma presença histórica. “E para apreciar essas forças, devemos de vez em quando deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre. Chegou a hora de comprarmos um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos” (WORSTER, 1991, p. 198).
 b) Redefinição da noção de estratégia social. Assim reconstitui-se o vivido, um espaço do possível no conjunto das experiências sociais, em sua máxima complexidade. A história observada “no nível do chão” remete à história de um conjunto social que, aparentemente, se dispersa numa miríade de acontecimentos minúsculos, difíceis de organizar. Cada ator/atriz social, partícipe de processos, se inscreve em contextos de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global (micro-história).
6. a) Articulação entre as histórias locais, regionais, nacional e mundial, dos “tecidos conectivos” existentes ergue-se, aqui, como parte das atividades, a da crítica totalizadora do ofício do/a historiador/a (história ambiental).

b) Análise baseada no paradigma indiciário. Assim, a partir do “nome”, do acompanhar o fio de um destino particular, é possível a reconstituição do vivido, das experiências sociais, restituídas em sua máxima complexidade/totalizadora (GINZBURG; PONI, 1989, p. 178).

As fontes que compuseram o *corpus* analítico deste estudo foram de diversas e diferentes tipologias, de maneira que nos exigiu a elaboração de técnicas sistematizadoras plurais. A seguir, listamos os tipos de fontes: textuais e imagéticas. As fontes textuais foram as seguintes: (1) fonte episcopal; (2) crônicas; (3) livros; e (4) jornal. As fontes imagéticas foram: (1) cartão postal das falésias feito por um fotógrafo anônimo e (2) três fotografias digitais de Jequiá da Praia. Dentre as fontes textuais, destacamos ainda o Plano de Manejo, pois a legitimidade institucional de todas as Unidades de Conservação do Brasil, em especial das Reservas Extrativistas e Extrativistas Marinhas, é regida por este documento.

Os PMs regem o uso sustentável dos recursos naturais através do manejo. Segundo a bióloga brasileira Norah Costa Gamarra, este instrumento de gestão das Áreas Protegidas exige “[...] recursos financeiros e humanos que são necessários para sua formulação, além de ser necessário vários levantamentos biológicos, históricos e sociais para sua formulação”¹². O PM da Resexmar aqui estudado segue às disposições das Unidades de Conservação, as necessidades apresentadas e os recursos investidos. Todos os PMs são feitos conjuntamente entre uma equipe de planejamento do ICMBio (ambientalistas, ecólogos, oceanógrafos etc.), o Conselho Gestor/Deliberativo da Resex, ou seja, um grupo de representantes locais que falam em nome da unidade e os/as representantes das associações, programas, ou grupos da unidade; além dos/as redatores/as. Ouvintes e convidados/as da própria unidade podem participar dos debates nas reuniões deliberativas. Os encontros de elaboração podem contar com a presença de algum grupo privado que patrocina a Remar em prol do turismo.

Abaixo, seguem os modelos de fichas utilizadas para a sistematização das informações documentais e fundamentais para a transformação e organização em informações historiográficas. São Fichas Bibliográficas, Fichas de Conteúdo Documental e Fichas de Imagens. Elas contêm os principais descritores de seus conteúdos e características.

¹² Entrevista concedida por GAMARRA, Norah C. [08.03.2021]. Entrevistador: Marcus Vinícius S. Santos. Maceió, 2021. A entrevista foi divulgada no blog *Claraboias – séculos 20-21*, da profa. Arrizete C. L. Costa.

TABELA 1: FICHA DOCUMENTAL

Jornal	Fonte epistolar	Crônica	
Data: 01 de fevereiro de 1995	4 de janeiro de 1839	1844	1964
Publicação: Jornal de Hoje	Carta	TYP. de Berthe e Haring	Gazeta Editorial
Número: 1	1	1	1
Secção: 2	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Página(s): 2	1 folha	54	230
Título: Deputados aprovam e Jequiá da Praia será município	<i>Ofício ao Presidente da Câmara da Vila das Alagoas, sobre a reclamação contra os trabalhadores das Duas Barras das Alagoas que não querem passar os soldados que estão de serviço por estes não efetuarem pagamento</i>	<i>Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brasil</i>	<i>São Miguel dos Campos</i>
Autor: Redação do Jornal	Agostinho da Silva Neves	“Hum Brasileiro”/Antonio Moura	Guiomar Alcides de Castro
Temas e conteúdos: Política	Petição	Levantamento de dados/descrição empírica	História de São Miguel dos Campos
Iconografia: Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Manchetes: Política de Alagoas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Palavras-chaves: Emancipação; Município; Jequiá da Praia	Comandante; Soldados; praia das Duas Barras	Topografia de Alagoas; Histórico de formação; Comércio.	Política; Personagens ilustres de São Miguel; História; Lendas e Tradições; Povoamento de São Miguel dos Campos
Sinopse: a Câmara de Deputados de Alagoas, acolhe ao pedido do deputado federal Diney Torres (PMDB) e vota pela emancipação política de Jequiá da Praia.	O presidente da Província de Alagoas, escreve ao comandante Joaquim José Xavier dos Anjos para que resolvesse um impasse na praia das Duas Barras. Pois os “passageiros” residentes não estavam deixando que os soldados passassem sem que lhes pagassem o valor acordado.	Autor identificado como “Hum Brasileiro”, recolhe informações topográficas, políticas, históricas e econômicas a respeito das vilas de Alagoas a pedido do Governo Regencial. Descrição das dimensões geográficas e culturais da sociedade alagoana a partir de observações empíricas e viagens pelo território.	A autora resgata a trajetória do município de São Miguel dos Campos desde os primeiros relatos da colonização portuguesa até a década de 1960 com base em uma série de leituras da historiografia alagoana. É a mais importante publicação memorialista das vidas de famílias que governaram o atual município e demais aspectos culturais como celebrações locais.
Arquivo: Instituto Histórico de Alagoas	Instituto Histórico de Alagoas	Biblioteca Nacional – versão digitalizada	Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas.

Fonte: COSTA, Arrizete C. L. (2022)

TABELA 2: FICHAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIA	ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. <i>Geographia alagoana ou descrição physica, política e histórica da Província das Alagoas</i> . Maceió: Typografia do Liberal, 1871. 496 p.	MARROQUIM, Adalberto Afonso. <i>Terra das Alagoas</i> . 3ª ed. Maceió: Poder Legislativo do Estado de Alagoas, [1922] 2017. 364 p.
TIPO	Livro.	Livro.
LOCALIDADE	Brasil	Brasil
PALAVRAS-CHAVES	Geografia; História; Comércio; Política; Educação; Alagoas.	Geografia; Clima; História; Economia; Política; Educação; Alagoas.
ASSUNTO	Levantamento e sistematização de informações demográficas e geológicas do Estado de Alagoas. Após esta etapa, estas informações são postas numa cronologia histórica da formação das vilas e cidades de Alagoas desde as primeiras ocupações à sociedade da época.	O mais completo livro sobre a história, clima, geografia, política, bases educacionais, genealogias parentais e economia de Alagoas do início do século XX. Descrições biológicas, comércio pesqueiro, agropecuária e industrialização açucareira e energia hidrelétrica. Urbanismo, paisagismo e arquitetura das cidades alagoanas da Primeira República. Religiosidades e manifestações artes e literárias de Alagoas.
ONDE ENCONTRAR	Biblioteca Nacional (livro digitalizado).	Biblioteca Setorial do Curso de História (ICHCA/UFAL)

REFERÊNCIA	LIMA, Ivan Fernandes. <i>Geografia de Alagoas</i> . São Paulo: Editora do Brasil, 1962. 347 p.	MELO, Nancy Márcia de Barros. <i>A cultura do pescador em Alagoas</i> . Maceió: Departamento de Assuntos Culturais – SEC, 1984. 168 p.
TIPO	Livro.	Livro.
LOCALIDADE	Brasil	Brasil
PALAVRAS-CHAVES	Geografia Humana; Geografia Agrária; Geografia Urbana e Industrial; Alagoas.	Cultura Pesqueira; Pontal da Barra; Lagoa Azeda; Litoral de Alagoas.
ASSUNTO	A mais completa síntese da geografia de Alagoas do século XX. Abordagem de estudos geológicos, geopolíticos, e do desenvolvimento econômico na indústria e comércio do estado de Alagoas. Ocupação humana, étnica e distribuição das classes nos municípios alagoanos. Exploração das dimensões sociais de Alagoas por meio do estudo da geografia. Modelos didáticos-pedagógicos para o ensino de geografia em Alagoas.	Etnografia linguística de duas comunidades pesqueiras do litoral alagoano: Pontal da Barra (Maceió) e Lagoa Azeda (Jequiá da Praia/São Miguel dos Campos). Comparação entre técnicas e apetrechos de pesca desenvolvidas pelas comunidades estudadas. Breve levantamento sócio-histórico. Classificação e sistematização da dinâmica pesqueira e das espécies endêmicas. Reflexão sobre os usos das palavras por parte dos pescadores.
ONDE ENCONTRAR	Sistema de Bibliotecas – Universidade Federal de Alagoas.	Sistema de Bibliotecas – Universidade Federal de Alagoas/Biblioteca Nacional.

Fonte: COSTA, Arrizete C. L. (2022)

TABELA 3: FICHAS DE IMAGENS

Nº:	1 unidade	1 unidade
Referência:	ANÔNIMO. <i>Cartão Postal – falésias de Jequiá da Praia</i> . 1998. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2000.	RONALDO, José. <i>Jequiá da Praia – Replântio da Reserva de mangue</i> . 2005. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2006.
Tipo: (Descrever tecnicamente o tipo de imagem: fotografia em p & b, color, diapositivo, digital, etc.; gravura, charge etc., seu estado de conservação, identificando, ainda, se se trata de imagem isolada ou integrante de um grupo, coleção etc.).	Fotografia do tipo Cartão Postal, colorida. Integra a Coleção do Acervo de Cartões Postais sobre o litoral de Alagoas, em bom estado de conservação.	Fotografia Digital, colorida. Integra a Coleção do Acervo de Cartões Postais sobre os 102 municípios alagoanos, em bom estado de conservação.
Resumo: (Descrição detalhada do conteúdo histórico da imagem observando-se QUEM ou O QUÊ é o objeto central da imagem, oferecendo detalhes sobre o fundo, os personagens, a cultura material exibida, e, se possível, informações sobre para que fim a imagem foi produzida e usada.)	A imagem apresenta um trecho da cadeia de falésias, no distrito da Lagoa Azeda, em Jequiá da Praia, no ano de 1998, pouco tempo após a recém criada rodovia AL-101. Nota-se ainda a presença das areias brancas da praia de Jacarecica do Sul, o mar em tom verde claro e a erosão endógena sofrida pelo mineral argiloso que compõe as falésias do litoral central de Alagoas. A imagem foi doada por um fotógrafo anônimo ao Museu da Imagem e do Som de Alagoas, foi retirada com o apoio de um helicóptero para ser usada como Cartão Postal.	A imagem apresenta os resultados do programa de recuperação dos bosques de manguezais degradados em uma Área de Proteção Permanente, realizada pela comunidade de pescadores/as da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no município de Jequiá da Praia. Pode-se notar a presença de mudas de manguezais reflorestando o ambiente invadido pelas usinas açucareiras da região para a plantação indevidas. A imagem foi doada pelo fotógrafo José Ronaldo, em 2006, e está arquivada nos 82 CDs sobre os municípios de Alagoas.
Local:	Lagoa Azeda	Lagoa do Jequiá
Época:	1998	2006
Fotógrafo:	Anônimo	José Ronaldo
Localizador:	Acervo de Cartões Postais do MISA	Acervo Digital do MISA
Localização:	Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.	Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Nº:	1 unidade	1 unidade
Referência:	RONALDO, José. <i>Vista do rio Jequiá, tarrafeiro</i> . 2005. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2006.	RONALDO, José. <i>Jequiá da Praia – Duas Barras, artesanato</i> . 2005. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2006.
Tipo: (Descrever tecnicamente o tipo de imagem: fotografia em p & b, color, diapositivo, digital, etc.; gravura, charge etc., seu estado de conservação, identificando, ainda, se se trata de imagem isolada ou integrante de um grupo, coleção etc.).	Fotografia do tipo Cartão Postal, colorida. Integra a Coleção do Acervo de Cartões Postais sobre o litoral de Alagoas, em bom estado de conservação.	Fotografia Digital, colorida. Integra a Coleção do Acervo de Cartões Postais sobre os 102 municípios alagoanos, em bom estado de conservação.
Resumo: (Descrição detalhada do conteúdo histórico da imagem observando-se QUEM ou O QUÊ é o objeto central da imagem, oferecendo detalhes sobre o fundo, os personagens, a cultura material exibida, e, se possível, informações sobre para que fim a imagem foi produzida e usada.)	A imagem apresenta um tarrafeiro praticando uma técnica de pesca tradicional na Lagoa do Jequiá apoiado em um pequeno píer feito dos troncos dos coqueirais. O extrativista emprega a técnica com o apetrecho tarrafa, feito de linha nylon para a captura de peixes de água doce e salobra. Na imagem, pode-se notar ainda a presença das “casas” de barcos, utilizadas para guardar embarcações do tipo canoa e barcos de pequeno porte. A imagem foi doada pelo fotógrafo José Ronaldo, em 2006, e está arquivada nos 82 CDs sobre os municípios de Alagoas.	A imagem apresenta três mulheres negras adultas, na praia das Duas Barras, sentadas em um estabelecimento de alvenaria fabricando artesanatos com palha, provavelmente retiradas dos coqueirais e palmeiras do ambiente de Jequiá da Praia. O artesanato é uma das principais fontes de renda do município e é praticado especialmente por mulheres, somando a pesca artesanal, a principal subsistência local. A imagem foi doada pelo fotógrafo José Ronaldo, em 2006, e está arquivada nos 82 CDs sobre os municípios de Alagoas.
Local:	Lagoa do Jequiá	Lagoa do Jequiá
Época:	2006	2006
Fotógrafo:	José Ronaldo	José Ronaldo
Localizador:	Acervo Digital do MISA	Acervo Digital do MISA
Localização:	Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.	Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA.

Fonte: COSTA, Arrizete C. L. (2022)¹³

¹³ Todos os modelos das Fichas Documental, Bibliográfica e de Imagens estão disponibilizados no Blog da professora Arrizete C. L. Costa, e podem ser visualizados em: CLARABÓIAS - Séculos 20-21. *Série Didática: Fontes Documentais 1 – usos e produção*. Disponível em: <https://claraboiasseculos20-21.blogspot.com/2022/07/serie-didatica-fontes-documentais-usos.html>. Acesso em 15 jul. 2022. O Blog da professora é um instrumento conceitual para a divulgação da cultura científica e popularização/socialização da Ciência & Tecnologia, nos termos da CAPES e CNPq. Pode-se observar que a professora oferece a oportunidade de participação na realização de atividades integrativas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao pensar e fazer historiográfico.

3 MOSAICO ECOLÓGICO: a ocupação do “maretório”.

*“Lagoa do Jiquiá – parece um tronco de
árvore com poucos galhos...”*
Ivan Fernandes Lima (1962, p. 64).

Após a realização do debate na sessão anterior, enfatizamos que o termo identificador – nos Planos de Manejo – mais relevante para caracterizar uma Reserva Extrativista Marinha é o de “territorialidade”. Que é entendido como um conjunto de elementos simbólicos e funcionais que conferem a comunidade local:

uma noção de pertencimento, e que pode ser analisada enquanto um instrumento de emancipação territorial, conduzido a partir da organização interna de grupos que estabelecem, por meio da sua prática política, os seus objetivos em comum (ARAÚJO; CALDAS, 2019, p. 360).

Já que para as comunidades tradicionais e originárias, habitar, é também *ser* o território (BISPO, 2018, p. 48). A ideia de território das Remar se enquadra, em partes, na definição da “terra” (solo, minerais, formações rochosas). Esses territórios tem representado um avanço nas Unidades de Conservação do Brasil, com a ideia de gestão compartilhada ao apontar as UCs como um dos melhores exemplos de cogestão, conhecimento tradicional, extrativismo, pesca artesanal, dinâmica pesqueira, dentre outras ações realizadas coletivamente. A filósofa e extrativista Kátia Barros e a bióloga Norah Costa Gamarra, se utilizaram do termo “maretório” (o ambiente terra-mar) em duas palestras sobre as UCs no litoral brasileiro¹⁴. Esta designação, diz respeito a um território que se estende para além dos limites da “terra”, da faixa continental. Norah Gamarra aponta as concepções de biodiversidade destes ambientes como *assets*:

[...] recursos/entidades/elementos/relações que geram valor quando estão em movimento, ou seja, quando são percebidos seus potenciais e alguém usufrui de seu valor. Diferentes grupos sociais podem captar esses valores, desde que tenham uma relação com o *asset* [...] nesta perspectiva, as áreas protegidas são formadas por um conjunto de *assets*¹⁵.

Desta maneira, a autora divide os *assets* em dois níveis, (1) o biofísico: piscinas naturais, cachoeiras, quedas d’águas, recifes, praias, falésias e as paisagens naturais como um todo, são exemplos de *assets* naturais. O outro nível é (2) o dos *assets* culturais, como o ecoturismo comunitário e a Educação Ambiental. Um valor não apenas econômico, mas

¹⁴ As falas foram expostas em eventos virtuais durante a pandemia. O link para acessar as apresentações das ideias das autoras na íntegra, estará na parte das Referências desta pesquisa.

¹⁵ Trecho retirado da entrevista com a autora. Ver nota 12, “Mosaico Epistemológico” (sessão 2).

também de bem-estar: segurança alimentar (no sentido saúde física ou emocional), renda/trabalho, e lazer. A seguir, expomos os dois níveis de interrelação entre humanos e o ambiente em que vivem para caracterizar o “maretório” da Remar de Jequiá.

3.1 Aspectos históricos da ocupação humana em Jequiá da Praia.

Partimos de relatos encontrados nas crônicas e livros dos séculos XIX e XX¹⁶ para compreender como grupos humanos habitaram o estuário marinho-lagunar e marcaram as fronteiras da expansão moderna em Jequiá da Praia. Os primeiros registros sobre Jequiá da Praia datam do início do século XIX, apresentados por Thomaz Espíndola em nota de rodapé, no livro *Geographia alagoana ou descrição physica, política e histórica da Província das Alagoas*:

em 21 de agosto de 1801 o ouvidor installu a dita villa e officiou á câmara das Alagôas que tinha marcado por limites da villa Real de S. José do Poxim a divisão do termo do logar em que principia em a costa do mar a lagôa Azeda e correndo por esta a cima continúa o rumo direito até o fim da lagôa Jequiá e passagem do engenho Velho da Mangabeira em que finalisa (1871, p. 236).

Ao demarcar os limites da Vila do Poxim, o tal ouvidor demarcava, consequentemente, os limites de Jequiá da Praia. O ambiente só volta a aparecer nas documentações arquivísticas décadas depois, mais especificamente em 1839, com uma fonte epistolar (arquivada no IHGAL) do presidente da Província de Alagoas, Agostinho da Silva Neves, direcionada ao major Joaquim José Xavier dos Anjos, para que usasse do poder que estava “ao seu alcance” para resolver um “obstáculo” na praia das Duas Barras. O tal “obstáculo”, se deveu ao fato de que “os passageiros das Duas Barras das Alagôas não querem pagar os soldados, que vem em serviço a esta, sem que lhes pague apropriadamente contra o inveterado costume” (Doc. nº: 00441, 2003, 1f).

O documento não nos revela se havia a presença de moradias locais, ou se a praia era usada apenas como porto, pois, Adalberto Marroquim em seu *Terra de Alagoas*, de 1922, indica que São Miguel dos Campos tinha três portos, sendo um deles na praia das Duas Barras (2017, p. 29). Após tal relato, é o cronista quase anônimo, “Hum Brasileiro”/Antonio Moura, que informa sobre a presença humana no território jequiaense: “[...] o arraial de Jiquiá quase no

¹⁶ Os livros e crônicas oitocentistas aqui utilizados, foram: uma epistola do presidente da província de Alagoas, Agostinho da Silva Neves (1839), o opúsculo de “Hum Brasileiro” (1844) e o levantamento topográfico, histórico e político de Thomaz Espíndola (1871). Mantivemos a escrita original das publicações.

litoral á margem Norte do despejo da Lagôa deste nome, sobre o qual existe hum pontelhão. He pequena, pobre e de nenhum commercio” (1844, p. 40).

Pela proximidade dos relatos, podemos supor que o local onde os passageiros não deixaram passar os soldados, seria o mesmo do arraial citado por “Hum Brasileiro”/Antonio Moura. Brevemente, entendemos este arraial com uma significância semelhante ao descrito por Dirceu Lindoso, que narra os arrais cabanos nas matas do tombo real, na fronteira de Alagoas com Pernambuco, como moradias pobres, de estrutura escassa e que a escrita estamental do século XIX os designava da seguinte maneira: “os arraias aglomeravam pobres em estado de ‘ex-sociais’” (2000, p. 117).

“Ex-sociais”, de acordo com Dirceu Lindoso, correspondiam a grupos humanos que não faziam parte da organização da sociedade burguesa. Não eram proletários fabris, comerciantes, ou das elites política, clerical e imperial. Eram, na verdade, pequenos agricultores, indígenas degradados e ex-escravizados alforriados ou fugitivos que formavam estas comunidades autônomas. É preciso lembrar que a Vila do Poxim servia como porto para o tráfico negreiro interno de Alagoas, e que de acordo com o historiador e sociólogo brasileiro Manoel Diegues Jr., os escravizados de idade avançada ou com a saúde muito debilitada eram “soltos” (despejados) nas matas do litoral central de Alagoas (2006, p. 46). O autor menciona ainda que após a promulgação das leis abolicionistas na segunda metade do século XIX, a Vila de São Miguel alforriou até 1885, mais de oitenta indivíduos (idem, p. 187).

Com base nessas parcas referências sobre a formação histórica do município de São Miguel dos Campos – a quem Jequiá da Praia estava anexada – e, fazendo fronteira com o Poxim, considera-se a possibilidade de que parte destas pessoas rejeitadas e alforriadas nestas localidades ao longo do oitocentos, ocuparam a beira da lagoa, os boques de manguezais, a mata e/ou as praias jequiaenses: e que no mesmo ambiente da praia das Duas Barras, “a’ margem esquerda do rio do mesmo nome, a 20 kilometros ao norte da foz do rio Coruripe, 1 legua ao norte do Poxim: tem umas 40 – casas de têlha e de palha” (ESPÍNDOLA, 1871, p. 236). ”

De acordo com Thomaz Espíndola, na segunda metade do século XIX, é possível saber que em Jequiá da Praia “tem 100 fogos, uma capella, e próximo um estaleiro, e uma cadeira de primeiras lettras para o sexo masculino” (1871, p. 232). O termo “fogo” é uma classificação utilizada pelo censo demográfico de 1872 para designar a soma de moradias dos territórios¹⁷.

¹⁷ Pode-se ler esta classificação em: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento do Brazil em 1872*: Província de Alagôas. Vol. 2. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. 89 p.

As primeiras letras eram modelos de escola do Império do Brasil, e eram divididas em sexos masculinos e femininos (OLIVEIRA, 2019).

O território de Jequiá da Praia só aparece no século XX apenas durante a Segunda Guerra Mundial, quando o navio Itapagé naufragou na praia da Lagoa Azeda, ao ser bombardeado por tropas alemães, em 1943 (CARVALHO LIMA, 1977). Ganha destaque ainda no dia 20 de março de 1957, quando foi perfurado o segundo poço de petróleo no estado de Alagoas¹⁸, na mencionada praia (LIMA, 1962, p. 295; CASTRO, 1964, p. 42).

A linguista e etnóloga brasileira Nancy Marcia de Barros Melo, em seu livro *A cultura do pescador em Alagoas*, publicado em 1984, ao recortar duas localidades: o Pontal da Barra, em Maceió, e a Lagoa Azeda, em Jequiá da Praia/São Miguel dos Campos, nos diz que a formação deste último povoado, escassa na documentação escrita, só foi tratada por meio da tradição oral dos pescadores, oferecido pelo “informante nº 21”, um homem de 67 anos, analfabeto e identificado apenas como “J.F.S”, que deu o seguinte relato:

o bisavô do sr. José Pequeno, Antônio Tabu, era soldado da guerra do Paraguai. Findou-se a guerra e ele desceu prá Barra de Jequiá. Acontece que ele usou uma jangadinha..., casou-se com Rita Maria da Conceição. Pegou um temporal no sul e deu aqui nesta praia. Então, nesta época, nesta praia aqui, não existia pedra, era um cabeça ali, outro lá em cima, outro na boca da barrinha, outro na boca da Jacarecica. Aí ele deu aqui. Não pôde voltar prá trás, era desabitado. Ele chegou em casa e falou pra mulher, eu dei num lugar que dá prá nós viver. Bom porto de pescaria e eu então fiquei muito agradado e nós vamos embora pra lá, não tem habitação nenhuma. Chegou aqui e fez uma barraca de palha. A água, ele não sabia prá onde tinha água – acolá tem um lugar chamado olho d’água – ele foi, cavou uma cacimba com o cavador de pau. A água deu travassa, azeda, mas o jeito é tomar. Aí, ele disse a mulher: esta água é azeda, e eu só posso botar o nome deste lugar de lagoa Azeda ([1979] 1984, p. 32-33).

A autora não trabalha os significados destas palavras. As transcreve e busca transmitir toda a autenticidade do relato do pescador. Contudo, a designação “Lagoa Salgada”, já aparece no mapa do holandês Caspar Barleus, no século XVII (Anexo C, Figura 3). Já em relação à guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870, sucede a demarcação feita pelo ouvidor no início do século XIX e citada por Thomaz Espíndola páginas acima, o que demonstra prováveis habitações nestes ambientes e que a área delimitada já era conhecida por “Lagoa Azeda”.

¹⁸ O primeiro poço petrolífero foi consolidado em 1950, na praia da Ponta Verde, em Maceió, com a instalação da primeira base da Petrobrás. Contudo, o comunista e escritor brasileiro Octávio Brandão em seu *Canais e Lagoas*, de 1919, menciona que as primeiras buscas por petróleo Alagoas já ocorriam desde o ano de 1917.

Entretanto, o peso desta narração nos apresenta uma história própria compartilhada pela comunidade local. Aquilo que a historiadora brasileira Luisa Passerini nos alerta sobre a atenção dos testemunhos orais: “o tempo não é um *continuum*, mas interrompe-se no ponto onde o ser humano se encontra e onde ele/ela tem que se posicionar contra o passado e o futuro juntos” (2006, p. 214). E as lacunas temporais não devem ser entendidas como simples intervalos; elas são, na verdade, “um campo de forças gerado pelo esforço do homem [da mulher e de outras categorias de gênero] para pensar” (idem). O que dá oportunidades a estes sujeitos que criam suas próprias histórias e origens, já que o processo colonizador os privou do baluarte da ancestralidade. Pois se faz possível notar um conhecimento ecológico tradicional – ou como debateremos na sessão seguinte, um etnoconhecimento –, por parte do entrevistado anônimo sobre a biota jequiaense. Não há um indicador que ligue estes relatos a atual população que ocupa Jequiá da Praia e que nos permita formar uma genealogia das famílias jequiaenses.

Os dados mais precisos sobre a ocupação humana em Jequiá da Praia aparecem apenas após a emancipação deste território, desvinculado da condição de distrito de São Miguel dos Campos e elevado à categoria de município independente, como informa uma matéria publicada no *Jornal de Hoje*, no dia 1 de fevereiro de 1995, com o seguinte título: “Deputados aprovam e Jequiá da Praia será município” (idem, p. 2). Conforme a redação da curta manchete no lado inferior esquerdo da folha da manchete, a emancipação ocorreu, especialmente, devido a empreitada do deputado federal Diney Torres, amplamente divulgada por seu filho, Wellington Torres (ambos do PMDB), no governo de Divaldo Suruagy.

A matéria acrescenta ainda que, à época, o território contava com mais de “16 mil habitantes e sua economia está voltada para a cana e coco” (idem). A emancipação foi oficializada no dia 3 de fevereiro daquele ano, após a aprovação da Lei nº 5.675. Sete anos depois, é criada a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, em 27 de setembro de 2001, oficializada com base no Decreto nº 98.897, que tinha por objetivo “assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local”. A criação da Remar, de acordo com a redação do Plano de Manejo, nos informa que “sua criação, em 2001, foi reivindicada por atores locais, como a Colônia Z-13” (2023, p. 11).

A participação de protagonistas locais na criação da Resex já havia sido sinalizada há quase uma década atrás quando o IMA decidiu organizar um livro sobre as APs em Alagoas. No texto em questão, podemos ler que a UC foi criada “para atender à solicitação da própria comunidade no intuito de garantir as atividades desenvolvidas pela população tradicional,

baseadas na pesca artesanal e proteger o meio ambiente” (LEMOS; AMORIM; OLIVEIRA, 2014, p. 58). No que diz respeito a Colônia Z-13, criada em 1975, é mencionada pela primeira vez na já citada etnografia de Nancy Melo (1984, p. 32).

É importante refletir brevemente sobre os discursos de criação tanto do município quanto da Remar. Por um lado, como informado na redação do jornal, a emancipação do território só ocorreu devido as ações de um político e o destaque da renda local é dado as monoculturas da cana-de-açúcar e dos coqueirais. A população é reduzida ao quase nada e os usos do ambiente e o nome do deputado é o que se destacam nesta mensagem. Isto por que, como bem indicado pela linguista brasileira Eni Orlandi, no “processo de instalação do discurso fundador [...] irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em ‘retalhos’ dele para instalar o novo” (2001, p. 13).

Por outro lado, a criação da UC, ou ainda o processo de ocupação relatada por um de seus integrantes, dá o destaque para a biodiversidade, a preservação dos ambientes e para os personagens da pesca extrativista artesanal. Este destaque está atrelado ao fato de que:

a condição do ser humano está presente tanto na existência como integrante de uma espécie – no caso, a humana – e todas as consequências biológicas e naturais decorrentes desse pertencimento, quanto da existência cultural, como ser integrante de um determinado grupo que possui práticas culturais próprias e relações específicas com o meio ambiente e com os demais seres (CAMPOS, 2022, p. 122).

De acordo o censo do IBGE de 2010, o município contava com pouco mais de 11 mil habitantes. Em 2016, este número aumentou para 13 mil habitantes. O último censo atualizado em 2022, aponta a presença de 9.470 pessoas. Um número consideravelmente menor em relação ao apresentado na manchete de 1995. É importante ressaltar que a maioria dos estados do Nordeste passaram na última década por uma segunda onda de migração, e Alagoas foi um dos estados que mais decaiu em sua população (IBGE, 2023). Contudo, os números do jornal não devem ser tomados como verdadeiros, absolutos ou no mínimo confiáveis; visto que à época, Jequiá da Praia ainda pertencia a São Miguel dos Campos. E não há na manchete menção a qualquer tipo de levantamento demográfico. Trata-se apenas e unicamente do discurso de Wellington Torres, filho de Diney Torres. Diante destas questões, se faz necessário considerar alguns aspectos geomorfológicos e florísticos descritos sobre a cobertura do solo e a bacia hidrográfica da Lagoa do Jequiá que foi ocupada por estes grupos humanos nos últimos duzentos anos.

3.2 Descrições e caracterizações da geomorfologia da bacia hidrográfica da Laguna do Jequiá.

Dirceu Lindoso declara no prefácio de seu livro *Interpretação da província*, que “a alagoana é, de fato e por antonomásia, uma civilização da água” (2005, p. 12). A invocação deste debate nos ajudará a demonstrar a condição quase que incontornável dos ambientes marinho, ribeirinho e lagunar no estado de Alagoas. Como enfatizado por Arrizete C. L. Costa, a condição deste *ser* alagoano influenciado pelas águas remete

[...] às paisagens naturais figuradas a partir de um código estético que supervaloriza a plasticidade, fertilidade, diversidade e extensão de suas águas – prioritariamente, pensada como um ‘bem cultural’ que vai fomentar a genealogia identitária do ‘paraíso das águas’ (2015, p. 53).

Desta maneira, diante de uma consciência dos fatores condicionantes do ambiente lagunar nos limites entre a zona da mata e o litoral alagoano em Jequiá da Praia, devemos fabricar a história ambiental deste território considerando, em especial, seus elementos biofísicos. Com significativo destaque para com sua bacia hidrográfica, a da Lagoa do Jequiá; que corresponde a uma área de “aproximados 822,5km² da Região Hidrográfica” de seu território, que faz dela a terceira maior lagoa de nosso estado (LEMO; AMORIM; OLIVEIRA, 2014, p. 59). Um ambiente tão vasto merece devida atenção sobre sua história pregressa.

Sob o pseudônimo de “Hum Brasileiro”, atribuída a autoria pelo historiador brasileiro Moacir Medeiros de Sant’Anna ao presidente da Província de Alagoas Antonio Moura¹⁹, temos contato com a primeira descrição geomorfológica de Alagoas feita no século XIX. A clássica obra foi intitulada de *Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro, no ano de 1844. Neste livreto de pouco mais de 50 páginas, encontramos algumas descrições curiosas feitas pelo autor anônimo a respeito de Jequiá da Praia:

no litoral entre o despejo da lagoa [do Jequiá], e a barra de S. Miguel, corre huma barreira altissima, formada de hum barro tão gommozo que resiste ao rigor do tempo, toma na vista diversas cores, vermelha, branca, e amarelaça; pelo que e pela sua altura se reconhece do alto mar; e por isso he hum ponto que os náuticos de longa viagem, vão sempre reconhecer por não haver outra semelhante; em pouca distancia representa as ruínas de huma longa cidade pelas figuras que a barreira carcomida das lagoas pluviosas forma; he curioso

¹⁹ HISTORIADEALAGOAS. Moura, o desconhecido autor da primeira história de Alagoas. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/moura-o-desconhecido-autor-da-primeira-historia-de-alagoas.html>. Acesso em 13 de jul. 2023.

examinar esse quadro que excita a imaginação a muitas reflexões... por aqui vagão de continuo as de quem lança aqui estes traços... (1844, p. 40).

É interessante notar as características de um solo “gomoso”, e que na ótica do observador, resistiu às alterações do tempo, em especial a colonização portuguesa. Mas o solo é também de uma variedade de cores, e pode ser visto a uma longa distância ainda em mar aberto. Contudo, ao se aproximar, “Hum Brasileiro” (Antonio Moura) associou estes morros as ruínas de uma cidade destruída, tal qual a barreira “carcomida”, pela ação do oceano.

Entretanto, o autor não foi o primeiro a representa-las como “barreiras”. Ainda no século XVII, mais de um século depois do enquadramento colonizador do reino português, o navegante lusitano João Teixeira Albernaz (Anexo B, Figura 2), em sua *Descrição de todo o marítimo da terra de S. Crvz. Chamado vulgarmente de Brazil* [Descrição do todo marítimo da terra de Santa Cruz chamada vulgarmente de Brasil], publicado em 1640, constrói estas mesmas barreiras com um certo “destaque”, em seu mapa sobre o litoral alagoano – à época, se tratava do sul da capitania de Pernambuco. No mapa, podemos ver a menção a “Baixa do rio São Francisco”, em Penedo (no extremo sul), o rio São Miguel e o porto do Francês ao norte e em direção ao centro do estado.

Entre estas duas localizações, tem-se o desague do rio “*Iaque Allu*”, uma palavra de significado irrecuperável, que talvez diga respeito à Jequiá da Praia. No centro temos uma lagoa não nomeada, que pode ser a do Jequiá. Na presença da incerteza, devemos nos atentar para a informação que temos mais segurança: a descrição de “barreiras vermelhas”, as mesmas descritas dois séculos depois por Antonio Moura; isto é, as falésias que vão das atuais praias do Gunga as Dunas de Marapé – na praia das Duas Barras –, uma extensão de 28km.

Alguns anos depois de João Albernaz, outro mapa foi fabricado, desta vez pela colonização holandesa. Feito por Caspar Barleus, em 1647 (Anexo C, Figura 3). Nele, podemos ver uma descrição mais detalhada do território jequiaense. No mapa, lemos alguns dos seguintes locais: “*Ipoxi*”, provavelmente diz respeito ao Poxim, “*Çenembi [Sinimbi] ou Rio de São Miguel*” e no meio destes o “*Iequea*”. Este último pode ser entendido como uma das remotas e esquecidas escritas da palavra Jequiá. A Lagoa do Jequiá é representada de um tamanho maior em relação a que provavelmente seria esta feita sete anos antes. Além disso, o mapa mostra ainda os cursos dos rios que desaguam na Lagoa do Jequiá, desconhecidos pelos colonos lusitanos que perderam o território durante aquele século. Contudo, é interessante perceber

também que as falésias aparecem com mais nitidez, se destacando por inteiro de toda margem do litoral alagoano.

De volta ao século XIX, desta vez com mais certeza da autoria da produção que temos contato, temos o já citado livro de Thomaz Espíndola. Nele, encontramos informações semelhantes sobre o ambiente aqui estudado:

RECIFES E BAIXOS – E´ orlada desde o norte até a ponta do Péba por muitos recifes, que são mais abundantes e continuados, offerecendo até 1, 2 e 3 ordens quasi paralelas e ao longo do continente, da barra de Santo Antônio Mirim para o norte, dahi para o sul existem nas pontas Verde e Jaraguá, com interrupções entre as barras da Lagôa do Norte e a de S. Miguel, entre a lagôa Jequiá e as do Poxim, em Coruripe, onde são mais amarados, finalmente, e em menor numero no Péba (a caixa alta é do texto original) (1871, p. 45).

Nos atentemos para a seguinte informação, de que praticamente todo o litoral de Alagoas está no nível do mar, com poucas exceções; dentre elas, o perímetro que vai da Lagoa do Norte, a Lagoa Mundaú, em Maceió, até o Poxim, no município de Coruripe. É notório perceber que as falésias são descritas pelo autor como “interrupções”. Mas o que exatamente estas interrompiam? Provavelmente, o processo de expansão de modernidade da Província das Alagoas. O mandante da província, que descrevia a terra para enviar informações geológicas, topográficas e demográficas para o Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil, se vale da expressão “argiloso”, substituindo o termo de Antonio Moura: “gomoso”. O termo assinalado por Thomaz Espíndola é utilizado atualmente pelas geociências para descrever este tipo de mineral. Antes de passarmos para as definições científicas de nossos dias, avancemos até o início do século XX.

A pedido do governador José Fernandes Lima – a quem se atribui parte da responsabilidade pela Quebra de Xangô de 1912, um dos episódios mais decrépitos da história de nosso país –, o intelectual e advogado Adalberto Afonso Marroquim, em seu já citado calhamaço, afirma que:

nas enseadas destas pontas, e proximidades dos maiores rios e lagôas, encontra-se os principaes portos e ancoradouros do Estado [...] O de S. Miguel, formado por três barretas – a do Sul, a do Meio e a do Norte sendo a do Meio a mais frequentada. A do Norte, que é a melhor, torna-se de difficil accesso, pela existência de uma pedra denominada Cachimbão que se atravessa em sua entrada (2017, p. 29).

Em seguida, ao autor faz outra declaração sobre os aspectos geomorfológicos do litoral:

ao passo que os diversos trechos do planalto terciário se arredondam, descendo para os vales, seus estratos, nitidamente desenhados nas quebradas argilosas de Coruripe, Jiquiá, Maceió, Jacarecica, Riacho Doce, Camaragibe e Barreiras do Boqueirão, apresentam a mais perfeita horizontalidade. [...] as tres principaes, porem, destacando-se dentre as citadas, quer pela amplitude das erosões que as produziram, alargando-as em suas aberturas para o mar, quer pela profundidade, actualmente diminuída, constituíam outrora vastíssimas bahias (2017, p. 53-4).

Notemos as palavras ditas acima com atenção. A faixa litorânea é caracterizada por grandes vales, e que estes, em especial nas lagoas, formaram, num passado remoto, baías que surgiram com a erosão do solo. Vejamos que os ambientes de Jequiá da Praia começa a ter outra face para além das falésias em suas descrições mais antigas. Agora encontramos outros dois acidentes geológicos, vales e baías. Os estudos de Adalberto Marroquim permitiram um olhar mais crítico sobre a história de Alagoas, inclusive em apresentar as formações geológicas de demasiada antiguidade.

Outras informações que encontramos sobre a geomorfologia de nosso território analisado só apareceram mais de quarenta anos depois da publicação de Adalberto Marroquim. Falo do livro de Ivan Fernandes Lima, *Geografia de Alagoas*, publicado em 1962, que afirma que as formações rochosas do território jequiaense se originaram no Terciário Superior, ou último Quaternário, algo por volta de 15 milhões de anos AEC:

lagoas das falésias de Jiquiá – estas são formadas pelos entulhamentos dos depósitos da praia que se alonga na base das falésias de Jiquiá. Resultaram do fechamento de estreitos e pequenos riachos oriundos dos tabuleiros, entre os vales dos rios São Miguel e Jiquiá. Aqueles riachos abriram seus vales de alto a baixo, junto ao mar, que cortou os tabuleiros, formando os penhascos areno-argilosos, cuja base as ondas atingem nas marés altas, fechando permanentemente ou temporariamente suas desembocaduras, a formar pequenas lagoas [...] ficam em um dos trechos mais desertos do litoral alagoano (1962, p. 64-65).

É importante se atentar para o fato de que a Lagoa se encontra num dos pontos mais desérticos de nosso litoral, pelo menos até a década de 1960. Esta constatação nos leva a reafirmar a ideia de que a geomorfologia acidentada do território contribuiu para a dificuldade da ocupação humana nestes ambientes.

Mais de cinquenta anos depois desta publicação, ela continua a ser uma importante descrição geológica de Alagoas. As afirmações de Ivan Fernandes Lima são confirmadas pelas pesquisas recentes em Geologia sobre Jequiá da Praia, que a descrevem como rodeada de “platôs de origem sedimentar terciária, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com

vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas” (LEMOS; AMORIM; OLIVEIRA, 2014, p. 59) que integra a área da planície do litoral. Composta por uma parte de pequenos planaltos, com alguns morros e um terreno deformado, depressões e irregularidades caracterizam a distribuição territorial da Lagoa do Jequiá.

No final da década de 1990, um turista anônimo doou para o MISA um cartão postal de uma imagem aérea retirada destas falésias. Ainda que sua visão tenha sido estritamente paisagística e publicitária, seu registro permiti-nos confirmar as descrições empíricas e analíticas apresentadas até então por observadores/as que não tinham o auxílio de um “suporte suspenso”²⁰:

IMAGEM 1: MISA. *Praia das falésias*, 1998. 2380mm x 1623mm.



O *Mapa Geodiversidade do Estado de Alagoas*, de 2013, mostra que o território está inserido na maior unidade geológica-ambiental do estado: os tabuleiros. Caracterizados pela alternância irregular entre camadas de sedimentos cenozoicos de composições diversas, como o arenito, siltito, argilito e o cascalho. Se voltarmos a mesma década que Ivan Fernandes Lima publicou seu livro, veremos a memorialista alagoana Guiomar Alcides de Castro expressar uma afirmativa semelhante a esta do mapa, mas de maneira mais poética:

²⁰ Por “suporte suspenso”, nos referimos ao auxílio de uma tecnologia aérea, tal como um helicóptero ou um drone.

nas pitorescas costas daquela Lagoa há lindas rochas multicromas como as célebres Barreiras das Araras, em Jequiá e as do Lagamar, na Barra de S. Miguel, trabalho das águas nos terrenos de erosão. São chamadas Barreiras das Araras, talvez pela penugem colorida daquelas aves (1964, p. 42).

Podemos ler ainda na engenhosa etnografia de Nancy Melo, datada na década de 1980, que “nas Barreiras das Araras, próximas à comunidade de Lagoa Azeda há uma argila [...] que serve para criar as casas dos pescadores, como também, para aquelas mais sensíveis à arte, transformar este material em pequenas esculturas” (1984, p. 81). Esta mesorregião “[...] por apresentar falésias vivas, riachos, drenagens e um sistema estuarino-lagunar (laguna de Jequiá), passa por processos hidrodinâmicos variados e constitui-se em um ambiente extremamente dinâmico” (SILVA, 2020, p. 45).

Contudo, como podemos observar de maneira não tão discreta no cartão postal acima, as falésias foram vencidas por completo na década de 1990, quando foi construída a AL-101, pensada para ligar os municípios recém emancipados e as rotas turísticas pelo litoral. À época, o IBAMA havia alertado sobre os diversos danos que a construção da rodovia causaria, dentre elas, destaca-se: (1) o corte das falésias; (2) o despejo dos detritos nas regiões lagunares, o que causaria assoreamento nos estuários marinho-lagunar; (3) o crescimento urbano desordenado que dificultaria o acesso à praia; e, (4) o solo sem infraestrutura adequada, gerando problemas ambientais já ocorridos em outros locais do estado (IBAMA, [1991] 2006, p. 61 *apud* PALMEIRA, 2007, p. 79).

Foi da formação destes acidentes geológicos que se fez a bacia hidrográfica da Lagoa do Jequiá, que é filha do desague do rio homônimo que “nasce entre os municípios de Belém e Taquarana, inserido na Região Hidrográfica do [rio] São Miguel, com uma área de 2.222,5 km²” (LEMOS; AMORIM; OLIVEIRA, 2014, p. 59). De volta ao autor crepuscular do século XIX, ao elencar os territórios povoados da Província de Alagoas, lemos que em “10º. A Barra de Jiquiá – porto precário, no desaquadouro da lagôa deste nome; he de trabalhosa entrada” (BRASILERO, 1844, p. 7). Pensemos a seguinte questão: seria a precariedade do porto da praia de Jequiá causada pela “trabalhosa entrada” que dá acesso à Lagoa? Continuemos com as demais descrições. Seguindo a cronologia das informações coletadas, passamos ao livro de Thomaz Espíndola, que descreve da nascente do rio ao desague no mar:

Jequiá — Nasce perto do monte d’Ouro, na serra do Lunga, no termo de Anadía, a cima d’esta villa, atravessa a lagôa Jequiá, que tem 3 léguas de comprimento, e depois de um curso do 16 a 18 léguas termina no Atlântico, abaixo da povoação do mesmo nome, que lhe fica á esquerda, ficando a foz a

27 kilometros (1 léguas, ou pouco menos) ao sul da barra de S. Miguel: é navegável por vapores apropriados, bem como o-é a sua lagôa, removidos alguns pequenos obstáculos; mas somente até o sitio Bôcca, até onde presentemente chega mas barcaças; dahi para cima o-é por canôas até o engenho Prata” (1871, p. 62).

Este trecho traz informações mais completas para a análise. A nascente do rio que desagua na Laguna nasce no território que à época pertencia ao atual município de Anadia. Diz ainda que a Lagoa atravessa a povoação homônima. As medidas de Thomaz Espíndola não divergem em grande grau das medições recentes. O autor menciona que o desague nas Duas Barras e da Praia do Jequiá, junto à Lagoa, comporta embarcações a vapor, mas estas vão apenas até um certo trecho. Os limites do sítio “boca” e do engenho Prata, o lado oeste do território – atual município de Boca da Mata –, parece ter afluentes e córregos menores, mais estreitos, o que provavelmente dificultava o fluxo de grandes cargas.

Páginas à frente, o autor menciona, mais uma vez, as extensões da Lagoa, desta vez com outros medidores. Ele também comenta sobre a profundidade dela, sendo este o primeiro relato encontrado a respeito de tal característica: “Jequiá — No município de S. Miguel, ao sul da Manguaba: tem de cumprimento 7.500 braças e 2.000 na sua maior largura; tem de 8 a 15 braças de fundo e é atravessada pelo rio do mesmo nome, de cuja foz dista perto de 2.000 braças” (1871, p. 70). As primeiras descrições numa linguagem mais próxima a de nossos dias aparece apenas com Adalberto Marroquim, ao dizer que a Lagoa “do Jiquiá, no trecho mais baixo do vale do rio omonimo, tambem no municipio de S. Miguel de Campos” tem “22 kilometros de comprimento sobre 5 de largura” (2017, p. 34). A Lagoa está a “10 léguas destas ultimas [Mundaú e Manguaba], não passa tambem de outra grande bahia cuja entrada se acha obstruída” (idem, 35). Se foi obstruída por causas endógenas ou antrópicas, o autor não menciona.

No entanto, é Ivan Fernandes Lima quem vai complexificar as descrições geoambientais da Laguna, ainda que as inicie com uma metáfora:

Lagoa do Jiquiá – parece um tronco de árvore com poucos galhos, tem uma área de quase 14km² [...] sua formação deveu-se ao entulhamento por terraços fluviomarinhos; liga-se com o mar por meio de um rio-canal que se organiza em sua extremidade sul, onde se localiza, em ambas as margens, as partes da vila de Jiquiá da Praia. É piscosa e favorece a instalação de fazendas em suas margens, como da citada vila. Usa-se como meio de transporte com canoas (1962, p. 64).

Entendo que a excepcionalidade dos “galhos” faz referência a seus córregos e afluentes. Ao usar uma medição em km², as definições anteriores se aproximam e erram por pouco a

diferença das dimensões lagunar. O autor cita também a presença de outros afluentes que desagüam no rio Jequiá, mas não os especifica. Fala ainda de sua formação geológica e que a vila se localiza mais ao litoral que ao interior do território. Afirma em seguida que é habitada por peixes e favorável para a implementação agrícola. Entretanto, é navegável, preferencialmente, por canoas.

No ano de 2013, a especialista em geoprocessamento pela UnB, Vera Nanei Oliveira Carvalho empreendeu uma análise significativa a respeito da fragilidade na bacia hidrográfica de Jequiá da Praia, incluindo o rio e a Laguna. De acordo com a autora, os afluentes que levam ao desagüe na Lagoa apresentam uma alta concentração de solo argiloso-arenoso vermelho-amarelo (2013, p. 28). As áreas de maior fragilidade se encontram na parte urbana e nas praias; e que, de acordo com a arquiteta pela UFAL, Maria Palmeira, foi a zona mais afetada no processo de povoação do ambiente, iniciada no final do século XIX (2007, p. 63-77).

Se somarmos estas informações com as de Ivan Fernandes Lima, de que a formação da Lagoa se deu por um entulhamento que causou estreitamento dos córregos e afluentes no desagüe, talvez isso ajude a explicar, retrospectivamente, o porquê da ocupação humana moderna ter sido mais baixa neste ambiente, o que levou a “estabilidade das unidades ecodinâmicas estáveis” (CARVALHO, 2013, p. 34) e que “as áreas classificadas com uma fragilidade ambiental emergente muito fraca estão concentradas nos locais onde ainda existe parte da vegetação nativa” (idem). Sem ignorar, especialmente, a presença dos bosques de manguezais, responsáveis por conter a erosão do solo. Mas deles, falaremos na próxima sessão.

Poderíamos então concluir este mosaico com a reflexão de que estes acidentes geológicos foram responsáveis em ajudar a preservar o ambiente de Jequiá da Praia, criando inclusive um território definido como a “zona com a mata que chega junto ao mar, sobre os tabuleiros que ficam perto dele, apenas separados pela deposição da baixada, e, em alguns trechos, é batida por este na base das falésias vivas” (LIMA, 1962, p. 117)? Pode-se dizer que muito provavelmente, sim. Por ora, pensemos que partir da bacia hidrográfica desta Laguna, nos leva a outras reflexões em história. Isto por que, este ambiente deve ser compreendido “na sua agência, nas suas representações, na sua simbologia, nos impactos da ação antrópica sobre eles, enfim, na sua complexidade” (PÁDUA; CHAMBOULEYRON, 2012, p. 23). E que mesmo diante de suas significativas dimensões, foi menos ansiada pelas pessoas que governaram as terras das lagoas.

4 MOSAICO CULTURAL: o manejo da pesca tradicional na Remar de Jequiá da Praia.

“Na lagoa, o sábio transforma-se num poeta”
Octávio Brandão ([1919] 2001, p. 49).

*“Da história da gente alagoana já se disse ser
a história de uma gente quase anfíbia”*
Dirceu Lindoso (2005, p. 11).

O mestre em direito pela PUC-PR, Gustavo de Macedo Veras, ao analisar os casos da pesca artesanal no estado de Alagoas e traçar um panorama deste tipo de atividade no litoral do estado, afirma que além da rica biodiversidade, há “um cenário bastante atrativo para o turismo, contrastando com impactos ambientais provocados” (2015, p. 84) pela própria ocupação humana residente, em especial os centros urbanos, que causam ameaças “a sobrevivência dos ecossistemas nele inseridos, incluindo populações de pescadores artesanais marítimos que há séculos tem sua manutenção dependente da exploração da [ictio]fauna deste rico cenário” (idem, 85).

Dentro desta perspectiva, podemos notar que para o jurista, a concepção de “ecossistema”, ou ainda, a de “biodiversidade”, não se restringe apenas a categoria de animais não-humanos. Concepção semelhante foi debatida pela ecofeminista indiana Vandana Shiva e o ambientalista brasileiro Antonio Carlos Diegues, que definem os grupos humanos das comunidades originárias e tradicionais como parte integrante das biodiversidades locais. Isto é, “uma combinação de direitos e responsabilidades entre os usuários, a combinação de utilização e conservação, um sentido de coprodução com a natureza e de dádiva entre os membros da comunidade” (SHIVA, 2001, p. 5); ou, ainda, entendendo-a como um “produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular, das sociedades tradicionais não-industriais” (DIEGUES, 2000, p. 6), que faz da biodiversidade “uma construção cultural e social” (idem).

Desta maneira, nesta sessão, para se referir as espécies de peixes (animais de respiração branquial), mariscos (animais invertebrados) e crustáceos (animais com exoesqueleto) que são capturados no cotidiano da Resexmar da Lagoa do Jequiá, nos referiremos como etnoespécies: uma classificação das ciências ambientais²¹ para definir as espécies de vida não-humana aplicadas ao “conhecimento das populações tradicionais sobre as espécies com que convivem” (DIEGUES, 2003, p. 19). Este tipo de prática é conhecido como “etnoconhecimento”.

²¹ De acordo com o CNPq, as ciências ambientais dizem respeito a oferta de um conjunto de disciplinas tais como a Biogeografia, a Biologia Marinha, a Ecologia, a Zootecnia, a Climatologia, a Agroecologia dentre outras.

De volta a Gustavo Veras, podemos saber sobre a presença de 38 colônias de pescadores em Alagoas. Dentre elas, destacamos a Colônia Z-13, a responsável por significantes atuações no território de nosso interesse, a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá. De acordo com o autor, a designação da letra “Z” que antecede o número, é a abreviação da palavra “Zona de Pesca”, criada pela Marinha do Brasil em 1919 para proteger e monitorar estes territórios. Vista desta maneira, os integrantes das zonas são também responsáveis legais pela fiscalização do ambiente de subsistência (VERAS, 2015, p. 85). Examinemos o conjunto de informações disponíveis sobre a Resex Marinha da Lagoa do Jequiá nos polos que a compõe: Centro de Jequiá, praia das Duas Barras e Lagoa Azeda.

4.1 Os bosques de manguezais e os desafios preservacionistas na Lagoa do Jequiá.

Dirceu Lindoso, ao ler o relatório da “Conservadoria das Mattas” – elaborado por Matos Moreira entre 1788 e 1824 –, afirma que nos séculos XVIII e XIX este ambiente foi caracterizado como um lugar com “matas chuvosas” (1983, p. 97). Isto se deve ao fato de que estas matas se tratam de uma floresta subperenifólia (MOURA, 2006, p. 32), isto é, um tipo florestal menos denso que o encontrado na região norte, na divisa com Pernambuco, florestas do tipo ombrófilas e formado a partir do solo argiloso apresentado na sessão anterior (idem). Ivan Fernandes Lima aponta que na Lagoa do Jequiá, “os tabuleiros acham-se compactamente cobertos pela mata atlântica, sendo a mais rica reserva florestal do estado” (1964, p. 64-65).

Quase meio século antes desta afirmativa, Adalberto Marroquim apresentou que no litoral central do estado e na zona da mata, a “[...] vegetação é muito esparsa e caracterizada por grande abundância de cardos, mangues e aroeiras” (2017, p. 31). Não apenas estes espécimes são citados, como também “são cobertas de coqueiros e apresentam em certos trechos as celebres barreiras de Jiquiá” (idem, p. 220). Podemos conhecer também sobre o registro de “Paus-d’arco amarelos e roxos, na época da florada, [que] se sobressaíam-se no verde contínuo, da mata atlântica [...] sua margem era linhada de cipós e escura” (ACCIOLY, 1992, p. 137).

A Lagoa do Jequiá é responsável por uma distribuição de mais de 4,0km² de bosques manguezal em Alagoas, uma parcela aparentemente pequena. Ainda assim, muito significativa²². A primeira menção a estes bosques é encontrada em Thomaz Espíndola, que diz

²² Para este debate, ver a coletânea de artigos: SANTOS, André Luís Silva dos et al. *Dinâmica espacial dos manguezais*. Curitiba: Íthala, 2021. Os autores definem o mangue como uma espécie com uma atuação

que esta área “no município de S. Miguel, a 660 braças, pouco mais ou menos, ao norte da do Taboado: tem 1.160 braças de comprimento e perto de 500 de largura” (1871, 70). Não foram encontradas informações em outras tipologias documentais (crônicas ou produções intelectuais) dos séculos XIX ou XX sobre os manguezais na mesma região.

Contudo, a bacharel em Engenharia Ambiental pela UFAL, Vitória Petra Barros (2018), oferece uma importante análise sobre este estuário. De acordo com a autora, pode-se encontrar as espécies de mangue-vermelho (*rhizophora mangle*), presente na parte mais lagunar (ribeirinha e marinha) e de mangue-branco (*laguncularia racemosa*), mais ao interior da unidade, na parte mais “lamacenta”. A soma destes dois espécimes origina um habitat que “dominaram sítios de maior salinidade” (BARROS, 2018, p. 33), o que acarretou numa baixa diversidade de outras espécies de plantas. De maneira retrospectiva, talvez isto explique a ausência, em partes, de informações sobre outras espécies vegetais neste território.

Como esta área mangal está consideravelmente distante da linha da maré, “esta zona recebe maior influência dos aportes fluviais trazidos pela lagoa, o que explica o melhor desenvolvimento do bosque nesta zona” (BARROS, 2018, p. 41). Neste sentido, é a Lagoa, e não o mar, o grande condicionante na proliferação das formas de vida destes ambientes. De acordo com o PM da Resexmar, um dos objetivos da unidade se encontra na proteção da

vegetação de Mata Atlântica (matas ciliares) e ecossistemas marinhos-costeiros (lagoa, manguezais, restinga, praias, terraços marinhos, cordões litorâneos, recifes costeiros e terrenos semi-pantanosos dos mangues). Os diferentes ecossistemas prestam diversos serviços ecossistêmicos de provisão (fornecimento de alimento, água doce), regulação (sequestro de carbono, regulação do clima), de suporte (ciclagem de nutrientes, dispersão de sementes) e culturais (recreação, contemplação, educação) (2023, p. 11).

Ainda segundo a redação do PM, o mangue desenvolve uma atuação importante na vida das etnoespécies, seja como berçário, zona de reprodução, abrigo ou para a alimentação. Dos manguezais, a comunidade da Remar extrai também madeira para a fabricação de apetrechos de pesca, a exemplo do *puçá*²³. Mais à frente debateremos sobre este último tópico.

A presença dos mangais é uma das partes essenciais deste ambiente, já que “folhas, ramos e detritos integram a produção de matéria orgânica dissolvida (MOD) e a reciclagem de nutrientes, tanto no manguezal como nos habitats adjacentes, enriquecendo potencialmente o

importantíssima na “amenização de eventos climáticos extremos, através de sua elevada capacidade de sequestrar e imobilizar gases relacionados ao efeito estufa” (trecho retirado da Apresentação à versão kindle, s/p).

²³ *Puçá* é uma palavra de origem Tupi que significa “pequena rede de pescar” (BORDONI, 1989, p. 537).

mar costeiro” (BARROS, 2018, p. 40). E que esta “diversidade de características sugere que os bosques de mangue do estuário da Lagoa do Jequiá são heterogêneos, diante das diferentes condições ambientais presentes em cada zona do estuário” (idem).

As autoras do artigo “Diagnósticos do uso e ocupação do solo no entorno da lagoa de Jequiá/AL”, apresentam que num espaço de 16 anos, de junho de 1990 à agosto de 2006, houve mudanças significativas na ocupação deste território. Em 1990, elas apontam que antes da criação da UC, é possível identificar a exposição do solo em áreas que foram degradadas por ação antrópica (CERQUEIRA; NICÁCIO E SILVA, 2011). Contudo, no ano de 2006, já com a Remar institucionalizada, houve um aumento da vegetação nativa e diminuição da monocultura agrícola. De acordo com o artigo, houve aumento da vegetação nativa, mas a presença agrícola da monocultura da cana-de-açúcar plantada desenfreadamente aumentou, também, os números de solos expostos e diminuiu alguns cursos d’água avistados na década de 1990 e que não foram mais vistos 16 anos depois. Talvez, a diminuição dos cursos d’água que não foram avistados em 2006, sejam um resultado da construção da AL-101 mencionada no mosaico anterior, em que o IBAMA alertou e proibiu a construção e colocou o assoreamento destes córregos como uma das problemáticas. Ainda que se tenha recuperado parte da Mata Atlântica em Jequiá da Praia, a diminuição de cursos d’água e aumento de solo exposto em outras áreas se deve ao fato da presença industrial nos limites da atual AP. Um registro fotográfico feito por José Ronaldo, no ano de 2005 – arquivado no Acervo dos Municípios de Alagoas, no MISA –, mostra-nos estas realidades de recuperação do ambiente por meio do replantio do mangue:

IMAGEM 2: RONALDO, José. *Replante da Reserva de mangue*, 2005. 3543mm x 2362mm.



De acordo com uma matéria do ano de 2009, publicada pelo grupo Instituto Socioambiental – ISA, encontramos a seguinte denúncia:

o Ministério Público Federal (MPF) em Alagoas denunciou a usina Caeté, e seus quatro sócios-gerentes, por crimes ambiental, contra a administração pública e contra a paz pública. De acordo com a Ação Penal Pública, ajuizada sexta-feira (13/11), Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto, Nancy Virginia Karns Lyra, Robert Carlos Lyra e Fernando Lopes Farias, agindo em nome da usina, devastaram cerca de 28 hectares em área de preservação permanente localizada na Unidade de Conservação Federal Reserva Extrativista (Resex) Lagoa de Jequiá (e respectiva Área Circundante), em Jequiá da Praia, para plantar cana e utilizaram clandestinamente água da lagoa para irrigação (s/p).

Em resposta a denúncia, o grupo industrial que não só responsabilizou o IBAMA alegando que desconheciam que o ambiente era um APP, como cometeram o crime pela segunda vez. Contudo, o MPF desconsiderou a alegação, já que a usina faz fronteira com esta área desde 1965; que à época, confirmou ter um gestor ambiental em sua equipe²⁴.

Entretanto, o discurso da elite açucareira não se sustenta pelo fato de que no ano de 2006, foi publicado no *Jornal da Cana* e no *Jornal da Usina Caeté*, que o “Grupo Carlos Lyra apoia preservação de reserva extrativista”, na verdade, a participação deste grupo em “apoio” a Resex, só foi manifestado porque já haviam sido denunciados naquele mesmo ano. Isto explica por que os satélites do artigo supracitado (CERQUEIRA; NICÁCIO E SILVA, 2011) captaram a presença de solo exposto em outra região e a diminuição de cursos d’água. Ainda de acordo com o ISA, um novo projeto foi iniciado pelo Governo Federal em parceria com o Governo do Estado de Alagoas. O ICMBio, criado em 2007, junto ao IBAMA recuperaram “6,6 hectares de mata ciliar em Área de Preservação Permanente (APP)”. De acordo com a redação do ISA,

o trabalho iniciado em 2006, sob a fiscalização do Ministério Público Federal, visa recuperar 67,50 hectares da mata ciliar na APP. A regeneração faz parte do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad), que apresenta também outros resultados. A chefe da Resex, Lúcia Miranda, informa que em outras áreas já foram plantadas espécies nativas a fim de que até 2010 a APP esteja totalmente recuperada (2009, s/p).

O resultado destes esforços de recuperação dos mangais, ao menos a curto prazo, foi assinalado por Vitória Barros, com base nas pesquisas de Matias e Silva (2017), após um árduo processo de monitoramento, que chegaram à conclusão que houve um “aumento na cobertura da vegetação no manguezal do município de Jequiá da Praia, passando de 2,67km² no ano de 2004-2006” (2014, p. 48) para os já citados mais de 4,0km². E o que há quase 20 anos eram

²⁴ Ao buscar pelo número do processo (2007.80.007104-3) no Google, encontramos apenas a notificação do processo em alguns sites, mas nada a respeito do andamento deste processo e dos rumos que tomou desde então. Se faz necessário pesquisar sobre as relações destas famílias oligárquicas em Alagoas e seu poder e influência nas políticas e jurisdições alagoanas. Uma empreitada muito maior do que este trabalho pode oferecer.

apenas zonas fragmentadas de manguezais, agora correspondem a uma cobertura contínua. Com isto, entendemos que a criação da Resexmar foi um fator condicionante para o aumento desta vegetação, já que “diante de medidas de proteção ambiental há uma expansão das áreas de cobertura de mangue” (idem, 49). Tudo isto é “devido à importância da Reserva como refúgio natural para milhares de animais, as ações de conservação devem ser direcionadas de forma a assegurar que sejam mantidas a proteção dos habitats, disciplinamento do uso do solo na área dos manguezais da Lagoa do Jequiá” (OLIVEIRA; AMORIM; LEMOS, 2014, p. 61).

Outra espécie de plantas que aparece especialmente ligada ao imaginário paradisíaco, em que a região do Jequiá da Praia “abunda de cocos” (BRASILEIRO, 1844, p. 39), ou que “as praias são cobertas de coqueiros” (MARROQUIM, 2017, p. 220). Na matéria: “Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá”, de 2015, realizado pelo projeto *Mar Sem Fim*, temos contato com algumas informações interessantes sobre os embates entre os bosques de manguezais e as monoculturas de coqueirais e canaviais no entorno da Lagoa do Jequiá. Os limites da Resex, no olhar dos administradores do projeto, parecem ser respeitados pelos vizinhos açucareiros em garantir a Lei nº 12.651/2012, do Código Florestal, que estabelece uma distância de 30m a 100m de recursos hídricos e florestas nativas em AP. Mesmo com a plantação ilegal de coqueirais e avanço da indústria açucareira nestas áreas, o ICMBio disponibilizou mudas para as comunidades locais replantarem a Mata Atlântica no ambiente devastado, conforme consta dentre as estratégias das UCs: “f) propor mecanismos que favoreçam a recuperação das áreas de preservação permanente e a recomposição, manejo e alocação das reservas legais” (SNUC, 2011, p. 63).

Diante de tais acontecimentos, as discrepâncias do tipo de registro sobre as espécies das plantas elencadas e as relações humanas ligadas a elas, nos fazem refletir que as condições de produção destes registros não estão em suas características botânicas. De acordo com Warren Dean, os coqueirais/palmeiras e canaviais estão entre as espécies que haviam sido aclimatas no velho mundo; acostumadas a biomas tropicais e subtropicais, estas monoculturas pertencem a dispersão colonizadora que “de uma floresta tropical que lhes era estranha, implantando-a, em outro domínio natural que consideravam como uma conquista” (1996, p. 73). Em outras palavras, são espécies que afirmam a tese do historiador e geógrafo estadunidense Alfred W. Crosby, de que “o êxito do imperialismo europeu tenha um componente biológico, ecológico” (2011, p. 19). Cabe-nos, agora, buscar outros possíveis condicionantes que ao longo dos anos contribuíram para a criação da única área preservada do tipo Reserva Extrativista, em Jequiá da

Praia. No caso aqui apresentado, talvez a relação da comunidade local com sua ictiofauna possa nos indicar alguns indícios desta trajetória.

4.2 “Que se apanha com as mãos”: a ictiofauna das etnoespécies jequiaenses.

Se há uma característica que é usada para designar a identidade da Lagoa do Jequiá, esta, sem sombra de dúvidas, é a sua ictiofauna. Ela carrega consigo uma gama de significados tão íntimos para as comunidades locais, em especial para os indivíduos da Remar, que fez a carapeba (*Eugerres brasiliensis*) “ter importância cultural, figurando como um símbolo de identidade do povo jequiaense, estando representada na bandeira da cidade e também na logomarca da Resex Marinha da Lagoa do Jequiá” (PM, 2023, p. 15).

De volta ao “texto fundador” das crônicas no estado Alagoas, vemos seu autor quase anônimo descrever a lagoa e caracterizar uma peculiaridade ao dizer que o ambiente “abunda de cocos e peixe da lagoa, principalmente da desova das Tainhas Corimans que se apanham á mão no precipitado empenho que ellas fazem por sahir” (BRASILEIRO/MOURA, 1844, p. 39). A tainha curimã (*Mugil cephalus*) é a primeira etnoespécie a ser descrita como pertencente do território jequiaense.

Além de ser um dos primeiros relatos sobre a fauna de Jequiá da Praia, é, também, já um relato de uma das práticas da dinâmica pesqueira jequiaense: apanhar com as mãos a tainha curimã quando ela vem muito próximo a superfície na margem do ambiente lagunar-marinho, na época da desova, foi uma das práticas que fez nosso recôndito observador anotá-la em seu diário de bordo e transportá-la para a publicação como sendo um dos elementos etnoecológicos²⁵ de nossa cultura, ainda que de uma local. Mesmo que ele não tivesse tal pretensão, seu registro é salutar para nosso debate.

Passemos agora a seu continuador exposto, Thomaz Espíndola, que antes de reproduzir na íntegra, mais uma vez, o discurso de “Hum Brasileiro/Antonio Moura, lemos em seu texto que há também a presença de outra etnoespécie: “na lagôa Jequiá e a caranha” (1871, p. 91). A caranha (*Lutjanus cyanopterus*) é um peixe comum do litoral brasileiro e tem hábitos noturnos. O manejo deste animal não é descrito pelo estudioso, nem aparece posteriormente em outras fontes. Adalberto Marroquim nos traz outra importante informação etnográfica sobre o manejo

²⁵ Diz respeito a Etnoecologia: “o conhecimento ecológico local, também denominado de conhecimento ecológico indígena ou conhecimento ecológico tradicional, pode ser definido como um conjunto de conhecimentos sobre as relações entre as espécies e destas com o ambiente” (PRADO; MURRIETA, 2015, p. 139).

local, em especial o da tainha curimã: “são muito afamadas as curimans da lagôa Jiquiá, das quaes se extraem as ovas que se vendem salgadas na capital e no interior” (2017, p. 221). Entendemos que as comunidades locais pescavam a curimã para retirar-lhe às ovas e vendê-las.

No livro de Ivan Fernandes Lima, temos outras informações sobre este ambiente, em que o autor elenca alguns principais sujeitos da ictiofauna: “carapebas, ciobas, camorins, bagres, curimãs. Temos ainda os camarões e sururu” (1962, p. 292). A memorialista miguelense Maria Rocha Cavalcante Accioly ao afirmar que os tabuleiros eram mais preservados entre as décadas de 1940 e 1970, pois “só se plantava cana nos vales úmidos”, elenca uma série de espécies que eram caçadas neste ambiente: “jaguatiricas, guaribas, muito sagüi, teiús, pacas, tatus, cotias, porcos do mato e veados” (1991, p. 137). A caça esportiva era prática comum para as famílias ricas do território miguelense que usavam as matas que vão do Varrela, no município de Boca da Mata, aos limites da Laguna do Jequiá.

O território ocupava o imaginário popular de um “jardim”. Este imaginário exorta uma condição de propriedade, de posse total sobre o ambiente e tudo que a ele pertence, inclusive, sua fauna. A historiadora brasileira Laura de Mello e Souza assinalou essa ideia em seu recente livro intitulado *O jardim das Hespérides*, ao tratar das dimensões imaginárias sobre o território mineiro no setecentos, que aqui ousou estendê-la ao território de Jequiá da Praia, entendido como um “amor de poucos, e para poucos” (2023, p. 14), pois

uma vez que a mão humana a toca e transforma, subjuga-a e a controla por meio da ação sistemática e racional, adentra-se, contudo, no âmbito da História, estreita-se o vínculo entre aqueles que ultrapassaram os limites impostos pelo mundo selvagem e o produto do seu esforço, a natureza sendo afinal transformada em horto ou jardim (idem).

Por outro lado, para além destas percepções edênicas, podemos ter conhecimento que no ano de 2014, o ISA registrou uma ação realizada em que o “ICMBio incentiva a produção de mel de abelhas silvestres”, como podemos ler no título da matéria. Uma das espécies de abelha mais comum deste ambiente, de acordo com a redação da matéria, é a jataí (*Tetragonisca angustula*), pertencente ao grupo das *Meliponinae* (ou seja, das abelhas sem ferrão). O texto aponta que na Remar, além do mel, há também a “produção de própolis, substância obtida pelas abelhas com propriedades antibióticas e fungicidas. Além disso, a apicultura na região contribui para a conservação da mata nativa” (2014, s/p). Visto deste ângulo, entendemos que a

conservação da entomofauna²⁶, por gerar renda para a comunidade, é também uma atividade indispensável para a conservação da biota jequiaense, já que as abelhas são insetos polinizadores e integram o ciclo reprodutivo das plantas angiospermas²⁷, a exemplo dos próprios bosques de manguezais.

Tentar tecer um relato historiográfico sobre os animais – categoria generalizante e simplista para definir a vida não humana – é, nas palavras de Regina Horta Duarte, com base na tese do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda em seu *Visões do paraíso* (1959), uma maneira de entender que estes outros espécimes devem ser analisados “[...] como agentes em seu meio. Eles condicionam as ações humanas, impõem a observação, instigam o conhecimento, demandam soluções” (2019, p. 24), e que devem ganhar “destaque em si próprios, aparecendo como seres que conformam ações e reações humanas” (idem, 26).

Como já sinalizado nas páginas acima sobre o manejo no século XIX, com “Hum Brasileiro”/Antonio Moura e a exportação das ovas das tainhas relatado por Adalberto Marroquim, no início do século XX, entendemos que este tipo de pesca praticado nos estuários marinho-lagunar, não diferenciava das demais práticas pesqueiras em outras localidades do estado de Alagoas. E que pode ser caracterizada, inclusive, como um tipo de pesca predatória. Mas, as únicas informações que temos disponíveis são estas já relatadas. No entanto, a interpretação não pode se fechar aos limites do relato; até por que, quem os transcreveu, enquadrou sua observação dentro do pensamento utilitarista debatido anteriormente pela historiadora Laura de Mello e Souza: o meio ambiente (os recursos naturais) como propriedade.

Na década de 1980, podemos ler a já citada etnografia de Nancy Melo, que nos apresenta não apenas os apetrechos de pesca da comunidade da Lagoa Azeda e da Colônia Z-13 como um todo (isto é, os apetrechos também utilizados para a pesca na Laguna e na praia das Duas Barras), como também o tipo de pesca feito pelos integrantes cadastrados e reconhecidos pela colônia de pescadores. Esta cultura, é o que chamamos de manejo, isto é, aquilo que compreende a

²⁶ Entomofauna é a categorização zoológica dada a fauna de insetos, sejam eles tidos como parasitas (como algumas espécies de vespas), polinizadores (os “mosquitos” e “besouros”, de modo geral) ou dispersores de sementes (como as formigas). É interessante relatar que a exemplo destes últimos, em especial as formigas, existe uma significativa produção historiográfica no ocidente a respeito do “encontro e das adaptações recíprocas entre florestas costeiras, ameríndios, colonos neoeuropeus e formigas cortadeiras, durante a colonização portuguesa” (CABRAL, 2014, p. 87). Relações semelhantes também foram sinalizadas nas colônias britânicas (CROSBY, 2011) e espanholas (FIORI; SANTOS; SILVA FILHO, 2022).

²⁷ As angiospermas são um grupo de plantas bastante diversificado e possuem como características principais a presença de flores e frutos. Se reproduzem, especialmente, por polinização

preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (SNUC, 2011, p. 5).

O manejo é a maneira pela qual as técnicas e artefatos de pesca é praticado. A etnógrafa classifica três principais apetrechos de pesca: os anzóis, as linhas/redes e as armadilhas. Cada um deles diz respeito a um tipo próprio de captura de animais. Por exemplo, “há um tipo de anzol pequeno chamado azulinho ou bambolê, cujo número é 624” (1984, p. 38). Este tipo de anzol, de acordo com a autora, “é usado para pegar isca do tipo: sardinha, arenque, garapau e lula” (idem). Em outras palavras, o apetrecho serve também para capturar a isca que será usada na captura das etnoespécies maiores, seja ela peixe, crustáceo ou molusco. Mas além do material em si, há também técnicas próprias, como por exemplo, outros animais que são pescados sem o uso da isca: “bota-se e tira da água todo o tempo e este movimento vertical é o que atrai o peixe [...] este anzol é conhecido entre os pescadores, por *garateia*. Este anzol pega a tainha curimã” (MELO, 1984, p. 34).

Notemos que mais de um século depois do primeiro relato sobre a pesca da curimã, a primeira etnoespécie localizada nas fontes, a captura não é mais feita com a mão no momento de subida à superfície por parte do animal no período reprodutivo. Mas sim, um movimento de atração para que a tainha vá até o anzol e seja pescada. Dentro desta perspectiva, é possível notar que se mudou a dinâmica pesqueira com o animal. O que nos leva a supor que já na década de 1970, quando Nancy Melo realizou sua etnografia, não se fazia mais a pesca do tipo predatória com a tainha curimã. Dentre os apetrechos, as linhas também servem como medidor das condições de pesca, a exemplo da linha saçanga, que serve para “sondar as águas, isto é, saber de sua profundidade, do tipo de fundo (se é de areia, de pedra e de galhos de árvores) e da existência, ou não, de peixes no local” (1984, p. 43). Das linhas, tem-se também a

rede de pescar nas beiradas dos mangues: coloca-se a rede na água; o pescador fica na terra, batendo nos mangues com uma vara para espantar o peixe. Logo, o peixe sai e se enrosca na rede. Os tipos mais pescados são: tainha, carapeba, tainha e outros peixes pequenos (idem, p. 50-51).

A autora acrescenta ainda a rede de espera. Outro apetrecho de pesca muito utilizado é a *jerere*²⁸, feito da madeira da peroba (*Aspidosperma polyneuron*):

[...] na sua extremidade é atado um arco, também de madeira ou de metal, com abertura de cerca de 180°, onde se coloca o pano de uma rede funda, fabricada por um fio de algodão nº. 3 com a forma do ensacador. Este aparelho opera diferentemente para cada tipo de captura (MELO, 1984, p. 55).

Dentre estes citados, o apetrecho mais comum é a tarrafa, “destinada a pesca de arremesso, cujo tamanho de malha e tipo de nylon dependem muito da espécie que se quer capturar. Opera tanto na lagoa, como na costa, utilizando neste caso uma embarcação; nunca, em alto mar” (idem, p. 54). Na imagem abaixo, feita pelo fotógrafo José Ronaldo, em 2005, podemos ter uma ideia de como acontece a prática de pesca com a tarrafa:

IMAGEM 3: RONALDO, José. *Vista do rio Jequiá, tarrafeiro*. 2005. 3543mm x 2362mm.



Grande parte da pesca extrativista artesanal praticado em Jequiá da Praia é realizada com o apoio de embarcações. Tais como a jangada, feita de “piúba ou pau de jangada (*Apeiba tibourbou*), também chamada de madeira de jangada ou madeira mansa, que é na realidade muito leve e, cujo tempo de duração é de um ano e seis meses” (MELO, 1984, p. 67). E a canoa, feita a partir de várias madeiras, sendo as mais comuns: “jaqueira (*Artocarpus integra*); mangueira (*Manfigera indica*); visgueiro (*Pardia pendula*) e pau-amarelo (*Plathymenia foliosa*), mas independentemente do tipo, nunca se afastaram de sua forma comum específica”, com as mesmas características descritas pelo naturalista alemão Hans Staden, no século XVI

²⁸ De acordo com o Dicionário de Tupi antigo, é uma palavra indígena que significa “pequena rede de pesca” (BORDONI, 1989, p. 320).

(idem, p. 71). Estas embarcações costumam ter entre 4m e 5m de comprimento, por 1m de largura (idem).

De volta aos apetrechos de pesca, não podemos deixar de dar a devida atenção as armadilhas: o curral, armadilha fixa feita de estacas de madeira dividida em seções, e amarradas com cipó. Em sua construção se faz necessários mais de 10 pessoas e mais de 4 embarcações para fixa-la num ponto estratégico escolhido pelo “mestre” da pescaria. Este “mestre”, é normalmente um homem de idade avançada e que tem mais etnoconhecimento do local da pesca. De acordo com o texto Nancy Melo, são nos currais onde ocorre a chamada “despesca”, uma prática de separação entre as etnoespécies que devem ser consumidas em seu tempo e tamanho adequado e as demais espécies que caíram por acidente na armadilha. Num artigo elaborado pelo extrativista jequiaense Nilton Chagas et al., podemos ler que se faz presente a

técnica uma ou várias pequenas balsas feitas de folhas de bananeira ou sacos sintéticos de cebola são lançadas à deriva no canal de conexão laguna-mar durante a maré vazante, sendo recolhidas (no intervalo de três a quatro horas, ou 300 a 400 metros) a jusante do lançamento, funcionando como uma espécie de atrativo para etnoespécies alvo. Vários aspectos relacionados à sustentabilidade, tais como, materiais utilizados, a conexão laguna-mar, o volume e a diversidade do que é atraído podem ser utilizados na gestão socioecológica dos recursos da reserva adotando esta técnica como uma bandeira para sustentabilidade (2021, p. 101).

Entretanto, desde a criação da Reserva Extrativista Marinha, que o monitoramento e as denúncias sob os ambientes jequiaenses são encontrados com maior facilidade dentre novas mídias e diversidade de fontes. As principais denúncias relacionadas a pesca artesanal estão ligadas a presença de espécies invasoras ou exóticas, isto é, aquilo que causa desequilíbrio nos biótopos locais. Os exemplos citados são a tilápia (*Pseudocrenilabrinae*), devido a criadouros que utilizam uma ração industrial poluente; e o tucunaré (*Actinopterygii*) inserido na bacia hidrográfica do Jequiá logo após a criação da Remar, em 2002 (PM, 2023, p. 45). Uma matéria do jornal *Aqui Acontece*, noticiou em abril de 2022 que a comunidade de pescadores do polo da Lagoa Azeda localizou a presença do Coral-Sol (*T. coccínea T. Tegusensis*) no território marítimo jequiaense, uma espécie exótica natural do continente asiático, com grande disposição predatória.

O projeto *Mar Sem Fim*, no ano de 2015, na mesma reportagem sobre a Remar, aponta outros desafios enfrentados pela comunidade local. De acordo com o documentário, o Conselho Gestor/Deliberativo da UC, criado em 2011 (nº 73.0209/11), se viu diante de uma construção irregular, um restaurante voltado para a visitação de turistas. Um grupo de indivíduos

pertencentes ao monitoramento do Conselho foi até o local, mediu a distância do restaurante até os limites da mata ciliar, e conseguiu impedir o funcionamento do estabelecimento comercial por meio de uma série de denúncias, o que resultou no embargo do imóvel. Tal ação mostra o conhecimento legal por parte do grupo extrativista de que é proibida “a construção e ampliação de benfeitoria sem autorização do órgão gestor da unidade de conservação” (SNUC, 2011, p. 34).

Um outro caso repercutiu midiaticamente durante a pandemia da covid-19, a denúncia sobre o derramamento de óleo no rio Jequiá, que levou o dejetos à Laguna. O crime foi praticado pela Usina Porto Rico: “aproximadamente 15 mil litros de melaço” após o rompimento de um tanque que estava “desgastado naturalmente pelo tempo”, informa a notícia da *TV Gazeta*, de novembro de 2021. Estes ataques constantes às comunidades extrativistas de Jequiá da Praia, levou a população local a buscar respostas para tantas dificuldades sucessivas. O artigo de Nilton Chagas et al., aponta que os/as entrevistados/as vinham nestes casos um tipo de “castigo divino”. Uma punição causada como “consequência da enorme quantidade de peixes, em especial o mandim, que no passado eram deixados apodrecer nas redes devido a sua fartura durante a despesca” (2021, p. 102).

Um olhar crítico sobre estes acontecimentos nos leva a perceber um conjunto de fatores da cultura dominante sobre este vívido território. Os poderes da indústria açucareira e a pesca comercial ilegal, sabem que os limites de uma Área Protegida representam os limites de sua expansão e consumo de seus recursos florestais, minerais e hídricos. A poluição dos recursos hídricos e a invasão das fronteiras da Resexmar, a inserção de espécies exóticas/invasoras está atrelada à ação dominante de agentes destrutivos, em que

são percebidos conflitos pelo uso do espaço, decorrente de pressões de grandes empreendimentos dos setores do agronegócio e turismo de larga escala, além da especulação imobiliária. Outro fator de ameaça à cultura da pesca é a existência de normas e petrechos inadequados (PM, 2023, p. 20).

É importante ressaltar que estas atividades tiveram a presença incisiva da Colônia Z-13, do programa de monitoramento de pesca do ICMBio e da recém criada Associação de Mulheres Pescadoras, que mesmo tendo sido oficializado apenas em fevereiro de 2022, já se organizava desde a criação da Remar, como afirma uma matéria de fevereiro deste ano: “as mulheres pescadoras sempre foram muito desvalorizadas, mas juntas conseguimos criar uma nova fonte de renda e ainda despoluir a nossa lagoa” (*EMBRAPA*, 2023, s/p). Suas ações compõe todo o histórico preservacionista, de denúncias e recuperação dos ambientes da Reserva Extrativista

Marinha da Lagoa do Jequiá. As mulheres também aparecem na etnografia de Nancy Barros (1984, p. 81) e nos registros fotográficos de José Ronaldo ligadas a fabricação artesanal extraída do mineral argila, na confecção de vasos, e de sementes, palhas de coqueiros madeiras dos mangues e outras árvores na confecção de cestos, colares e outros adornos comercializados em prol do ecoturismo local, como podemos ver na imagem a seguir:

IMAGEM 4: RONALDO, José. *Jequiá da Praia – Duas Barras, artesanato*. 2005. 3534mm x 2362mm.



Uma manifestação cultural que é predominantemente praticada por mulheres, é o pastoril denominado “Baianas de Jequiá”, um grupo de mulheres com roupas coloridas de seda carregando uma flor artificial na mão, que é instrumentalizado com o fundo musical de uma banda de pífano, cantada pelas próprias integrantes. O pastoril servia tanto como forma de ganho de renda para mulheres solteiras, como cortejo por parte destas mulheres para a conquista de um pretendente. A celebração foi registrada em audiovisual pelo Conselho Gestor da Resex que coletou cenas da dança e falas de antigas integrantes que lamentam a provável extinção do rito tradicional²⁹.

Desta maneira, gostaríamos de encerrar esta sessão ao dizer que as apropriações indevidas do território extrativista na Remar de Jequiá da Praia, ameaçam não só as etnoespécies, isto é, o conjunto de espécies que são pescadas conforme as técnicas e apetrechos fabricados pelo/a pescador/a artesanal apresentados nesta pesquisa, como também afetam a vida dos/as próprios/as extrativistas que necessitam deste ciclo e desta rede de seres vivos que coexistem e dependem mutualmente uns dos outros, já que é preciso conhecer cada aspecto que compõe o ambiente habitado, para que dele se possa não apenas fazer o uso devido e sustentável. Mas que se possa a ele pertencer perpetuar historicamente.

²⁹ RESEXLAGOADOJEQUIÁ – YOUTUBE. *Baianas de Jequiá da Praia – AL*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_wm_eiQC0i4. Acesso em: 9 jul. 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

*“Confluímos nos territórios, porque nosso território
não é apenas a terra, são todos os elementos”
Nêgo Bispo (2018, p. 47).*

É preciso então, não encerrar, mas acrescentar uma pausa a esta narrativa, para que se possa considerar alguns fatores preponderantes do itinerário historiográfico aqui construído. O poeta espanhol Antonio Machado, em 1898, afirma que “caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar”. Talvez este poema ajude a caracterizar e identificar esta pesquisa, iniciada em setembro de 2020, num momento de crises políticas, sanitárias, ambientais e de humanidade.

Lembro de comentar com minha orientadora, a professora Arrizete C. L. Costa, de que parecíamos viver em um túnel opaco e de ar denso. Sabíamos que, de alguma maneira, havíamos entrado naquele túnel, mas não era possível avistar uma saída. Refletindo sobre esses momentos, é importante recordar que esta pesquisa nasceu como esta luz, não como uma “luz no fim do túnel”, mas criada por nós mesmos/as: “numa época como esta, os que lutam contra a dominação não podem contar com a luz no fim do túnel” (SOUZA SANTOS, 2019, p. 11), foi preciso criarmos nossa própria que iluminasse “o suficiente para que sejam capazes de identificar o caminho como sendo o seu caminho e, assim, evitar acidentes fatais” (idem).

Diante dessa consciência, sentia cada vez mais a necessidade de ter contato com outros mundos, outras experiências, outras realidades. Foi nesse momento que descobri a história ambiental nas Américas e no Brasil e redescobri a micro-história italiana. O mosaico que faz o debate epistemológico fala de minha própria ontologia enquanto historiador em formação. Fui inserido gradativamente nestes debates por intermédio direto de minha orientadora. Buscava por discussões feitas nos campos da Teoria e Metodologia da história. Interessava-me, como bem elaborado por Arrizete C. L. Costa – pensando a tese do historiador italiano Giovanni Levi (2000) –, não apenas pelo “pão”, isto é, o produto pronto e acabado – as historiografias em livros, artigos e ensaios –; mas, em conhecer a cozinha e as receitas que fabricam cuidadosamente, ao menos é o que se espera, este tipo de produto (2014, p. 17).

É por essa razão que foi preciso antes apresentar uma posição interpretativa no referido Mosaico Epistemológico, para poder desenvolver às demais sessões subsequentes. Comentamos que a história ambiental – talvez num gesto semelhante a micro-história, mas de

igual maneira não determinante –, poderia ser narrada tanto pela ótica da cultura da devastação, vide os exemplos do pletórico trabalho de Warren Dean (1996), quanto pela perspectiva de culturas preservacionistas ou conservacionistas, a exemplo de José Augusto Pádua e Regina Horta Duarte em seus escritos sobre as batalhas de intelectualidades em defesa dos biomas do Brasil.

De certo modo, acreditamos que esta pesquisa se aproximou mais da segunda modulação, como constatado nos mosaicos subsequentes, às condições geoambientais apresentadas no Mosaico Ecológico somadas à cultura de manejo menos predatória e concordante com as condições adaptativas de cada etnoespécie em sua captura possibilitaram a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável do tipo Reserva Extrativista Marinha. Tal qual demonstrado no Mosaico Cultural, o cotidiano pescueiro tradicional destas comunidades é entendido como necessário para a manutenção da biota do território analisado.

É fulcral destacar que em história não podemos apreender como tal um mesmo território (ou “maretório”) no presente, descrito em uma fonte do passado. No caso da interpretação “eco-histórica”: a certeza de que as formações rochosas, os recursos hídricos e a cobertura do solo não são o “pano de fundo” no desenrolar dos indivíduos e dos grupos humanos nas sociedades ao longo dos tempos. José Augusto Pádua, ao criticar o renomado historiador e sociólogo brasileiro Boris Fausto, em seu clássico livro *História do Brasil*, de 1994, questiona o autor sobre a utilização de mapas feitos pelo geógrafo brasileiro Aroldo de Azevedo, no artigo “Vilas e cidades do Brasil”, de 1956. Para o autor, a problemática das leituras de Aroldo Azevedo e Boris Fausto se devem ao fato de que estes modelos de mapa reproduzem e reafirmam “uma visão essencialista do território, pois os mapas já usam o tamanho atual do país como referência desde o século XVI. É como se o Brasil existisse a priori e fosse sendo ‘preenchido’ ao longo dos séculos” (2015, p. 237). É preciso considerar todas as demais formas de vida não-humana que habitam estes ambientes para compreendê-los em sua máxima totalizadora.

Diante dessa problematização, apropriamo-nos do debate feito pelo geógrafo brasileiro Marcelo Souza de que os ambientes são frutos de transformações, ressignificações e reapropriações de uma totalidade de espécies e suas condições físicas. Os ambientes são, também, “para a humanidade, tudo aquilo que com que ela interage” (2019, p. 79). E que ao serem apropriados pela espécie humana, se tornam territórios. Isto é, o processo de territorialização perpassa, necessariamente, a condição da dialética humana. O que faz com que tais ambientes passem a ser compreendidos como “lugares de poder”. Lugares em que a força, a dominação e a hierarquia são impostas, alteradas e dinamizadas com o passar do tempo. E

que levam diferentes grupos humanos entenderem a outros e a si como pertencentes de um lugar.

Foi com base nessa visão que – desde a pesquisa PIBIC sobre as Remar no litoral brasileiro, em 2020-2021³⁰, e a presente monografia –, buscamos compreender a distribuição, a ocupação e a relação dos grupos humanos extrativistas pesqueiros com os ambientes pertencentes. O historiador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Jr., afirma que as demarcações territoriais são construções históricas que nascem das “disputas no campo político, das diferenças de situação econômica e social dos espaços e populações” (2018, p. 33), e que se sustentam nas diversas formas de origem: mitológica, imaginária, discursiva e escritural. Formadas por práticas e memórias que moldam o território, o tornando crível e visível. Essa modulação analítico-interpretativa que se equilibra entre a materialidade dos ambientes e a simbologia das práticas cotidianas, é o processo assinalado nos mosaicos Epistemológico, Ecológico e Cultural: expondo àquelas dinâmicas nas quais as territorialidades funcionam como um conjunto de transposição da ideia de ambiente para a de território feita a partir de ressignificações realizadas pelos sujeitos que com ele interagem. No que diz respeito às descrições geoambientais do território de Jequiá da Praia, podemos perceber que foram apresentadas nas fontes características tais como platôs, baixa diversidade de espécies vegetais da floresta subperenifólia, irregularidades e inconsistência no mineral argila, com uma surpreendente abundância de recursos hídricos.

A cultura tradicional pesqueira, relatada pela primeira vez no século XIX, sofreu mudanças ao longo do século XX e desembocou no manejo atual relatado no século XXI, em especial com a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, o que mostrou alterações significantes nas técnicas e variedades de apetrechos utilizados nas práticas de pesca. Em especial com a tainha curimã, a mais antiga etnoespécie mencionada. O que nos faz atentar que as comunidades jequiaenses empenharam esforços para criar e manter um tipo de UC que garante aos sujeitos locais o poder de uso e pertencimento ao território demarcado pelas instituições de fiscalização ambiental dos governos federal e estaduais (SNUC, 2011).

Frente às informações colhidas no conjunto documental que constituíram a presente pesquisa, procuramos demonstrar fenômenos e eventos – moldados como mosaicos – que podem ser inscritos como a história ambiental de Jequiá da Praia. A partir destas modelagens,

³⁰ Partes deste trabalho foi publicado no texto “Debates de História Ambiental: cultura e sustentabilidade ecológica nas Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil (1990-2020), nos *Anais do 12º Encontro Nacional e 1º Encontro Internacional de História da UFAL*, em 2021.

tecemos considerações gerais (mas não finais), visto que há uma inconclusão: a pesquisa empírica com os sujeitos locais, pois o tempo e às condições necessárias para a sua completude exige uma infraestrutura que não foi possível de articular. Daí este estudo se configurar basicamente como uma revisão bibliográfica e historiográfica. Todavia, tendo como base o conjunto das informações reunidas, analisadas e interpretadas numa perspectiva intradisciplinar entre a história ambiental nas Américas e a micro-história italiana colocada em algumas de suas matrizes, tecemos as seguintes considerações:

1. É provável que as reorganizações dos ecossistemas, por parte dos grupos humanos, levaram “a se adaptarem às condições locais do solo, do clima e da água” (WORSTER, 2003, p. 31). Pode-se até caracterizar tais condições como sendo “determinantes suaves da existência humana, já que elas influenciam significativamente como e onde as pessoas obtêm seus meios de vida e de que tipo de vida se trata” (idem);
2. A cultura do manejo localizada antes da criação da Remar é, até os dias de hoje, o principal instrumento de preservação dos estuários de Jequiá da Praia;
3. As informações sobre o etnoconhecimento da comunidade de pescadores/pescadoras corroboram às informações produzidas pelo “[...] conhecimento científico ao apontar a ação antrópica como sendo a principal responsável pelo declínio e desaparecimento de etnoespécies na laguna” (CHAGAS et al., 2021, p. 102);
4. A constatação de outras ameaças ao equilíbrio do ecossistema marinho: inserção de espécies exóticas, as denúncias de casos de invasão nos limites da unidade e o incentivo empresarial ao turismo desenfreado;
5. A gestão de uma área de proteção ambiental do tipo extrativista só pode funcionar efetivamente com o apoio dos órgãos governamentais responsáveis: fiscalização por parte do IBAMA e do IMA, o monitoramento de pesca por parte do ICMBio, e a continuidade geracional da tradição do manejo pesqueiro por parte da comunidade extrativista organizada pelo Conselho Gestor/Deliberativo, cadastrada na Colônia Z-13 e na Associação de Mulheres Pescadoras de Jequiá da Praia com seus 3 polos: Centro de Jequiá, praia das Duas Barras e Lagoa Azeda.

É importante lembrar ainda que a dialética destas práticas que recolhemos, com a ajuda do método indiciário, por meio de uma significativa coleta dos mais variados vestígios – desde fonte epistolar e jornal arquivados no IHGAL, iconografias nos acervos do MISA, livros e crônicas dispostos nas bibliotecas Central da UFAL e Setorial do ICHCA, e, até mesmo, em oralidades dispostas nestes rastros e o próprio Plano de Manejo –, permitiram-nos organizar uma tipologia documental própria que demonstrasse, na mesma medida, o duplo protagonismo destas histórias: a natureza e a cultura em Jequiá da Praia.

É por essa razão que concordamos com Nilton Chagas et al., em entender que “explorar esse sentimento de pertencimento e responsabilidade nesta categoria socioambiental pode

conduzir a reflexões e ações mais profundas sobre a dinâmica e o funcionamento destes ecossistemas” (2021, p. 103), tanto por parte da vida humana quanto como esta agiu e reagiu sobre o meio ambiente que explorava e conhecia. Mas, para além disso, colocar a história ambiental como esteio desta narrativa se sustentou no fato de que procuramos ver o território da Remar da Lagoa do Jequiá como um “território preenchido”, em que a premissa desta interpretação está na necessidade de ver estes lugares não mais como “vazios” e abstratos, como se estivessem à espera de serem preenchidos pela ocupação humana. A construção histórica desses territórios nunca os deu como “vazios”, mas sempre cheios e coloridos por uma variedade de ecossistemas. As dinâmicas sociais e políticas interagem com esses espaços cheios, modificando-os e produzindo lugares onde a diversidade natural e cultural se mistura de maneira altamente complexa” (PÁDUA, 2015, p. 238).

Esta perspectiva permitiu que tramássemos como uma série de mosaicos ativos e em constante processo de funcionamento e interação. Um tipo de interação não apenas entre grupos humanos, mas entre todas as espécies jequiaenses. Para isso, seguimos o pensador quilombola Nêgo Bispo, ao dizer que a Terra, isto é, os ambientes, foi desconectada da espécie humana ao longo do tempo. Para ele, “dentro do reino vegetal, todos os vegetais cabem, dentro do reino mineral, todos os minerais cabem. Mas dentro do reino animal não cabem os humanos” (2023, p. 19). É preciso desfazer este dualismo de humanidade oposta à natureza. O desafio lançado as pesquisas do século XXI consiste em romper com este paradigma cartesiano e ocidentalizado de estratificar e contrapor elementos de mesmos gêneros, reinos, filos etc., ou seja, em entender que a presença humana não é a única a ocupar e reverter a ordem dos lugares, e que ela, mais que dependente dos recursos naturais, é a peça mais essencial em sua manutenção futura, pois “essa é uma questão germinante, que precisa ser tratada e cultivada” (BISPO, 2023, p. 32).

Por fim, não encerraríamos esta narrativa sem lembrar de Carlo Ginzburg, ao dizer que a “capacidade de autodestruição a que chegou à humanidade [...] constitui uma conquista sem dúvida irreversível. Quem faz investigações sobre a história não pode deixar de ter em conta este ponto de chegada” (1989, p. 129). O tal “ponto de chegada” deve partir, também, da ideia afirmada pelo xamã yanomami Davi Kopenawa, de que é preciso ouvir a voz da ecologia que nasce das florestas, rios, montanhas e mares (& ALBERT, 2015, p. 483). Com esta narrativa, acrescentamos a ânsia pela procura incessante da voz que emana dos povos tradicionais e dos ambientes da Laguna de Jequiá, pois apenas essas experiências-mundo nos permitirão refazer a história e construir, à uma maneira ecologicamente sustentável, nosso próprio tempo.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Documentos arquivados

ANÔNIMO. **Cartão Postal – falésias de Jequiá da Praia**. 1998. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2000.

NEVES, Agostinho da Silva. **Ofício ao Presidente da Câmara da Vila das Alagoas, sobre a reclamação contra os trabalhadores das Duas Barras das Alagoas que não querem passar os soldados que estão de serviço por estes não efetuarem pagamento**: Alagoas, 24 jan. 1839. 01F. Maceió: Arquivo do Instituto Histórico de Alagoas – IHGAL, 2003.

REDAÇÃO DO JORNAL. Deputados aprovam e Jequiá da Praia será município. **Jornal de Hoje**, Maceió, 01 de fevereiro de 1995. Sessão 2. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, 2023.

RONALDO, José. **Jequiá da Praia – Replanteio da Reserva de mangue**. 2005. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2006.

_____. **Vista do rio Jequiá, tarrafeiro**. 2005. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2006.

_____. **Jequiá da Praia – Duas Barras, artesanato**. 2005. 1 fotografia. Colorida. 3543mm x 2362mm. Maceió: Arquivo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA, 2006.

2. Livros/Crônicas

BRANDÃO, Octávio. **Canais e lagoas**. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2001. 186 p.

BRASILEIRO, Hum (MOURA, Antonio). **Opúsculo da descrição geográfica e topográfica, física, política e histórica do que unicamente respeita à Província das Alagoas no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: TYP. de Berthe e Haring, 1844. 54 p.

BORDONI, Orlando. **A língua Tupi na geografia do Brasil**: Dicionário. São Paulo: Banestado Banco do Brasil, 1989. 803 p.

CASTILHO, Pedro. **Vocabulário na Língua Brasileira**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938 [Maggs Bros. Ltd, 1621]. 420 p.

CASTRO, Guiomar Alcides. **São Miguel dos Campos**. 2ª ed. Maceió: Gazeta, 1991. 230 p.

CLEROT, Leon F. R. **Glossário etimológico dos termos geográficos, geológicos, botânicos, zoológicos, históricos e folclóricos de origem Tupi/Guarani, incorporados ao idioma nacional**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011. 514 p.

DIEGUES Jr., Manuel. **O banguê nas Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª ed. Maceió: Edufal (Coleção Nordestina), 2006. 339 p.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. **Geographia alagoana ou descrição physica, política e histórica da Província das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Typografia do Liberal, 1871. 496 p.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (AL)**. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília: Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, 2023, 60 p.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Editora do Brasil, 1962. 347 p.

MARROQUIM, Adalberto Afonso. **Terra das Alagoas**. 3ª ed. Maceió: Poder Legislativo do Estado de Alagoas, 2021. 364 p.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: Plano Nacional Estratégico das Áreas Protegidas, 2011. 80 p.

_____. **Atlas dos manguezais no Brasil**. Brasília: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio, 2018. 176 p.

MELO, Nancy Márcia de Barro. **A cultura do pescador em Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais – SEC, 1984. 168 p.

3. Sites

AQUIACONTECE. **Pesquisador pede colaboração para comunicar registros do Coral Sol**. Disponível em:

<https://www.aquiacontece.com.br/index.php/noticia/alagoas/11/04/2022/pesquisador-pede-colaboracao-para-comunicar-registros-do-coral-sol/179960>. Acesso em: 5 jan. 2023.

CADAMINUTO. Fragmentos de óleo encontrados na Lagoa Jequiá são encaminhados para análise; 50 kg foram recolhidos. Disponível em: <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2022/10/04/fragmentos-de-oleo-encontrados-na-lagoa-jequia-sao-encaminhados-para-analise-50-kg-foram-recolhidos>. Acesso em: 5 jan. 2023.

EMBRAPA. Associação de mulheres pescadoras de Jequiá da Praia celebra primeiro aniversário com boas perspectivas de futuro. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/78368633/associacao-de-mulheres-pescadoras-de-jequia-da-praia-celebra-primeiro-aniversario-com-boas-perspectivas-de-futuro>. Acesso em 5 jul. 2023.

GAZETAWEB. Pesca predatória ameaça única reserva extrativista marinha de Alagoas. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/interior/pesca-predatoria-ameaca-unica-reserva-extrativista-marinha-de-alagoas/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

GUIATURISTICODEALAGOAS. Mapa de Alagoas por Caspar Barlaeus – 1647. Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/alagoas/mapas/caspar-barlaeus.htm>. Acesso em 26 de jun. de 2023.

_____. **Atlas do Brasil – 1640 (Sergipe e Alagoas).** Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/mapas/atlas-1640.htm>. Acesso em 26 de jun. de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Jequiá da Praia*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/jequia-da-praia/panorama>. Acessado em 19 de ago. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Equipe do ICMBio recupera 6,6 hectares de Mata Atlântica em Alagoas. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/63675>. Acesso em: 2 jan. 2023.

_____. **ICMBio incentiva a produção de mel de abelhas silvestres.** Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/143369>. Acesso em: 2 jan. 2023.

_____. **MPF/AL denuncia usina Caeté por crime ambiental em Jequiá.** Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/75105>. Acesso em: 2 jan. 2023.

_____. **Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá.** Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/2884>. Acesso em: 2 jan. 2023.

JORNALCANA. **Grupo Carlos Lyra apoia preservação de reserva extrativista.** Disponível em: <https://jornalcana.com.br/grupo-carlos-lyra-apoia-preservacao-de-reserva-extrativista/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resex Marinha da Lagoa do Jequiá.** Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-da-lagoa-do-jequia>. Acesso em: 3 jan. 2023.

MARSEMFIM. **Reserva Extrativista Lagoa do Jequiá, Alagoas.** Disponível em: <https://marsemfim.com.br/reserva-extrativista-lagoa-do-jequia-alagoas/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

SINDACUCAR. **Usina Caeté participa do Conselho Deliberativo da Resex.** Disponível em: <https://www.sindacucar-al.com.br/usina-caete-participa-do-conselho-deliberativo-da-resex-2/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TERRA BRASÍLIS. **Mapa Geodiversidade do Estado de Alagoas.** Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/mapas/2036-mapa-geodiversidade-do-estado-de-alagoas>. Acesso em: 25 jun. 2023.

TV GAZETA. **Tanque de usina se rompe e provoca derramamento de melão no Rio Jequiá, em AL.** Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/11/24/tanque-de-usina-se-rompe-e-provoca-derramamento-de-melao-no-rio-jequia-em-al.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2023.

USINACAETE. **Grupo Carlos Lyra ajuda a preservar a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa de Jequiá da Praia.** Disponível em: <https://www.usinacaete.com/2006/04/grupo-carlos-lyra-ajuda-a-preservar-a-reserva-extrativista-marinha-da-lagoa-de-jequia-da-praia/>. Acesso em: 5 jan. 2023.

4. Legislações

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, no Município de Jequiá da Praia, Estado de Alagoas. Decreto nº 98.897. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 180, n. 4, p. 1-2, 27 set. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXLIX, n. 102, p. 1, 28 mai. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 73, de 02 de setembro de 2011. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá/AL. **Diário Oficial da União**: seção 1, [Brasília], n. 171, p. 114, 05 set. 2011.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Gabinete do Secretário. Portaria ICMBIO Nº 742, de 09 de março de 2023. Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá (Processo 02070.007458/2019-18). **Diário Oficial da União**: seção 1, [Brasília], n. 51, p. 41, 15 mar. 2023.

Bibliografia

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem de geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia (Coleção Preconceitos, v. 3). 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012. 136 p.

ALMEIDA, Maria Luiza Nambinger de. Entrevista com Warren Dean. **Revista de História** 133, São Luís, v. 13, n. 1, p. 99-102, jul./1995.

ARAÚJO, Cristiano Cassiano de; CALDAS Alcides dos Santos. Território, Territorialização, Territorialidade e a Questão Agrária: impasses socioespaciais, possibilidades analíticas. **GeoSul**, Santa Catarina, v. 34, n. 70, p. 358-384, mar./2019.

BARCA, Stefania. Prefácio, p. 7-10. In: DRUMMOND, José Augusto et al (Org.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 392 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto. Lisboa: Edições 70. 2011, 288 p.

BARROS, Vitória Petra de Oliveira. **Bosques de mangue do estuário da Lagoa do Jequiá, Alagoas**: caracterização estrutural. 2018, 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Programa Engenharia de Pesca) – Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo, Maceió, 2018.

BELL, Stephen. Abrindo trilhas rumo a história ambiental brasileira: uma viagem pela geografia histórica, p. 69-88. In: DRUMMOND, José Augusto et al (Org.). **História ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 429 p.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 276 p.

BISPO, Nêgo. Somos da terra. **Pisograma**, Belo Horizonte, v. 12, n. 9, p. 44-51, fev./2018.

_____. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 112 p.

CABRAL, Diogo de Carvalho. História e saliva, ou como a história ambiental nos reconduz ao mundo. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 3, p. 973-976, dez. 2017.

CAMPOS, Gabrielle Luz. **Quem tem direito à natureza no Sul Global?: o viver dos povos e comunidades tradicionais em Unidades de Proteção Integral a partir das teorias decoloniais**. São Paulo: Editora Dialética, 2022. 164 p.

CARVALHO, Vera Nanei Oliveira. **Avaliação da fragilidade ambiental no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Jequiá-AL**. 2013, 39 f. Monografia de Especialização (Curso de Especialização em Geoprocessamento) – Instituto de Geociências, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CERQUEIRA, Michelle Adelino; NICÁCIO, Rosilene Mendonça; SILVA, Norma Bruna Gomes Lima da. Diagnósticos do uso e ocupação do solo no entorno da lagoa de Jequiá/AL. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 4578-4585, mai./2011.

CHAGAS, Nilton Zacarias et al. A atividade de pesca e percepção sobre os estoques pesqueiros na porção lagunar da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá, Alagoas, Brasil. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 93-106, jun./2021.

COSTA, Arrizete C. L. **Historiografia e Hermenêutica: uma interpretação da narrativa micro analítica de *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg**. Maceió: Edufal, 2014. 263 p.

_____. O duplo especular, p. 47-58. In: LIMA, Maria de Lourdes (Org.). **Uma cultura anfíbia na transversalidade de saberes: Alagoas e Rússia**. Maceió: Edufal, 2015. 127 p.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa (900-1900). Trad. José Augusto Ribeiro e Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 374 p.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas (NUPAMB-USP), 2000. 211 p.

_____. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Annablume Editora, 2003. 286 p.

DOSSE, François. **A história**. 2ª ed. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 327 p.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n 8, p. 177-197, jul./1991.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. **Luso-Brazilian Review**, Lisboa, v. 41, n. 2, p. 144-161, dez./2005.

_____. **A biologia militante**: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 208 p.

_____. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**, México, v. 9, n. 2, p. 16-44, nov./2019.

FRANÇA DA SILVA, Clayton Rodrigues. **KATSA WAA – HABIA KEYU RETXE KI HIWEABU**: ensaios e memórias sobre o entrelaçar da vida entre os huni kuin do Rio Jordão. 2019, 206 f. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. **A micro-história e outros ensaios** (coleção Memória e Sociedade). Trad. de Antonio Narino. Lisboa: Difel, 1989. 244 p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** história e morfologia. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 281 p.

_____. *Os andarilhos do bem*, cinquenta anos depois, p. 337-350. In: VEDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Micro-história:** um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020. 367 p.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Trad. de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 730 p.

LINDOSO, Dirceu. **A utopia armada:** rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real (1832-1850). Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1983. 461 p.

_____. **Formação de Alagoas boreal.** Maceió: Edições Cata-Vento, 2000. 202 p.

MELLO E SOUZA, Laura de. **O jardim das Hespérides:** Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 200 p.

MOURA, Flávia de Barros Prado (Org.). **A Mata Atlântica em Alagoas.** Maceió, 2006. 88 p.

OCEANOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL. **Mesa Temática 4: A pesca artesanal no Brasil e os movimentos socioambientalistas.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PGX3M_W9bKY. Acesso em 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, Alex Nazário Silva; AMORIM, Clarice Maia F. de; LEMO, Rosângela P. de Lyra (Org.). **As riquezas das Áreas Protegidas no território alagoano.** Maceió: Graciliano Ramos Imprensa Oficial, 2014. 331 p.

OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. História e História Ambiental: as rupturas e avanços nas relações homem-natureza. **Anais da ANPUH**, Fortaleza, v. 25, nº 1, p. 1-10, jul./2009.

ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2001. 169 p.

PÁDUA, José Augusto; CHAMBOULEYRON, Rafael. Movimentos dos rios/movimentos da História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 15-25, mar./2019.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 318 p.

_____. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, fev./2010.

_____. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: estabelecendo um marco de análise. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 232-251, nov./2015.

PALMEIRA, Maria Verônica Lins. **Desenvolvimento urbano e turismo**: uma análise da dinâmica urbana em Jequiá da Praia, Alagoas. 2007, 158 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente, p. 211-214. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 340 p.

PRADO, Helbert Medeiros; MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. A Etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 139-160, out.-dez./2015.

RODRIGUES, Geferson Ramos. Entrevista com José Augusto Pádua. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 90-103, dez./2013.

SANTOS, Marcus Vinícius da S. Debate de História Ambiental: cultura e sustentabilidade ecológica nas Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil (1990-2020). **Anais de História da UFAL**, Maceió, v. 12, n. 1, p. 607-619, dez./2021.

SILVEIRA LOBÃO. Ronaldo Joaquim da. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. 2006, 313 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2006.

SHIVA, Vandana. Biodiversidade e Conhecimento Popular. **Biblioteca do Comum**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-16, mar./2001.

SOFFIATI, Arthur. **Tempo e espaço nos manguezais**: um historiador fora do lugar – ensaios de Eco-História. Autografia Editora: Rio de Janeiro, 2018. 251 p.

SOUZA, José Edmundo Accioly de. **Agronegócio da apicultura**: estudo da cadeia produtiva do mel em Alagoas. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento sustentável Regional) – Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Territórios e ambientes**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 350 p.

VIVACQUA, Melissa. Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implementação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 1-20, mar./2018.

VERAS, Gustavo de Macedo. **Pescadores artesanais marítimos de Alagoas**: o papel do direito na busca da sustentabilidade. Maceió: Edufal, 2015. 263 p.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Trad. de José Augusto Drummond, Rio de Janeiro, v. 4, n 8, p. 1-10, jul./1991.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. Trad. de Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade, **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 4, p. 23-44, fev./2003.

_____. A natureza e a desordem da história, p. 367-383. In: DRUMMOND, José Augusto et al (Org.). **História ambiental**: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 392 p.

ANEXOS

ANEXO A

FIGURA 1: Mapa político e administrativo do município de Jequiá da Praia.
Secretaria do Estado de Alagoas, 2018. 13,49cm x 18,95cm.



ANEXO C

FIGURA 3: Mapa de Alagoas por Caspar Barlaeus, 1647. 17,12cm x 18,14cm.